

DESENVOLVER A INFRA-ESTRUTURA SOCIAL (HABITAÇÃO, SANEAMENTO E ENERGIA)

Através desta diretriz, o Governo do Estado envolve a participação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, da Secretaria de Infra-estrutura – SEINFRA, e da Secretaria de Meio Ambiente – SEMA em ações transversais que buscam o desenvolvimento socioeconômico do Estado, levando em consideração a sustentabilidade. Dentre os elementos necessários para assegurar um desenvolvimento sustentável para a Bahia, transparente, inclusivo, descentralizado e participativo, que atenda aos anseios do Governo e da sociedade, conforme preconiza o Mapa Estratégico da Bahia e consubstanciado no PPA 2008-2001, não é necessário, apenas, o saneamento básico acessível a toda população – água, esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos e drenagem urbana –, mas também a oferta adequada de habitação e a universalização dos serviços de energia elétrica, ambos com um caráter eminentemente social.

Nesse contexto, o Governo do Estado, por intermédio da SEDUR, concluiu em 2008 a construção da Política de Habitação e de Saneamento do Estado. Para tanto, elaborou a proposta de Lei da Política de Habitação e a proposta de Lei da Política de Saneamento. Foram constituídas, também, a estrutura do Conselho das Cidades, juntamente com a Câmara de Saneamento, a Câmara de Habitação, a Câmara de

Mobilidade, a Política Estadual de Habitação de Interesse Social e a Política Estadual de Saneamento Básico. Enquanto a Política de Habitação estabelece como prioridade a habitação de interesse social, a Política de Saneamento estabelece como principal meta a universalização do abastecimento de água, do esgotamento sanitário e da gestão de resíduos sólidos.

Outro aspecto importante na área de habitação, neste ano de 2008, foi o início das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no âmbito da urbanização de áreas precárias. As intervenções do PAC marcam a mudança de paradigma de atuação do Estado no campo da urbanização de áreas precárias, não apenas no que se refere ao atendimento às diretrizes e princípios estabelecidos pelos novos marcos legais relativos ao desenvolvimento urbano e particularmente à habitação de interesse social, como pela sua abrangência e impacto social positivo. Vale ressaltar a grande aplicação de recursos, tanto da União, quanto do Estado, num montante de R\$ 365 milhões.

A ação de urbanização integrada de assentamentos precários, inserida no PAC, compreende a execução de projetos nos municípios de



Orla de Salvador

Roberto Viana/Agcom

Salvador, Simões Filho, Lauro de Freitas e Feira de Santana, abrangendo intervenções de produção de habitações, melhorias habitacionais e regularização fundiária, com investimento de R\$ 365 milhões em recursos da União e do Tesouro Estadual.

A aquisição da casa própria faz parte do sonho das comunidades de baixa renda. Mais do que um lugar para morar ou deixar de pagar aluguel, a casa própria é requisito para a cidadania. Nesse sentido, o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH é dedicado a áreas precárias e, neste ano de 2008, construiu 9.842 unidades habitacionais, distribuídas em 152 empreendimentos, envolvendo recursos de R\$ 84,2 milhões, dos quais, R\$ 24,9 milhões foram provenientes do Governo do Estado.

Visando minimizar o enorme déficit habitacional e as precariedades de infra-estrutura urbana da Bahia, o Governo do Estado, por meio da SEDUR, vem desenvolvendo o Programa de Habitação de Interesse Social Dias Melhores, que além de prever obras de produção de habitação e urbanização de áreas precárias em todo o Estado, envolve também ações de regularização fundiária e de controle social. De 2007 a 2008, foi iniciada a construção de 49.273 unidades habitacionais, sendo que 9.613 unidades já foram concluídas, 35.911 estão em andamento e 3.749 prontas para iniciar.

Outra iniciativa que merece destaque é o Programa de Atendimento Habitacional – Pró-Moradia, desenvolvido por meio de ações integradas e articuladas com diversas políticas setoriais para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, a partir da adoção de alternativas habitacionais. É financiado com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. Em 2008, este programa beneficiou mais de oito mil famílias em obras de urbanização, infra-estrutura, melhorias habitacionais e construção de unidades em Salvador e em mais 15 municípios do Estado.

Ainda na área de habitação para populações de baixa renda, em 2008, o Programa de Operações Coletivas teve uma forte atuação nesse segmento. Tem como objetivo o financiamento direto às pessoas físicas, organizadas de forma coletiva e em parceria com a entidade organizadora. Através deste programa, já foram entregues 6.769 unidades habitacionais e estão em andamento obras para a construção de mais de 18 mil unidades, perfazendo um investimento de cerca de R\$ 178 milhões.

Outra área de grande atuação do Governo do Estado é a de Saneamento Básico. Neste ano de 2008, todos os projetos contratados foram iniciados, além das obras de saneamento nos municípios do

Recôncavo Baiano, garantindo assim um importante passo no processo de despoluição da Baía de Todos os Santos – BTS. Também estão contratadas as obras de esgotamento sanitário dos municípios de Muritiba, Maragogipe, Cruz das Almas, Cachoeira, São Félix, Santo Antônio de Jesus, Vera Cruz e das Ilhas de Salvador, propiciando – numa perspectiva estratégica com a Baía de Todos os Santos saneada –, a melhoria da qualidade de vida da população, permitindo maior balneabilidade das praias, além de potencializar a região como pólo turístico.

Ainda com relação a Saneamento, além da intervenção prioritária na Baía de Todos os Santos, o Governo do Estado, em 2008, atuou em outras áreas importantes, como a obra do emissário Jaguaribe, bem como as obras de ligações intradomiciliares e de adensamento de bacias, com investimentos que totalizam mais de R\$ 700 milhões.

Dentre as ações consideradas prioritárias pelo Governo do Estado, o Programa Água para Todos – PAT, destaca-se pela sua abrangência e pelos vultosos investimentos aplicados às três linhas de ação, – abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento integrado. O Programa Água para Todos representa um importante passo em direção à melhoria da qualidade de vida dos baianos e articula a implementação de um conjunto de ações que garantirá tanto o acesso à água com qualidade e em quantidade, como sua permanência ao longo do tempo. Tais ações serão executadas pelos governos Federal, Estadual e Municipal, porém integradas pelo Governo da Bahia, inaugurando uma nova forma de gestão pública no Estado. Neste ano de 2008, foram investidos R\$ 187,1 milhões em diversos empreendimentos, como poços, cisternas, barragens e construção/ampliação/recuperação de sistemas.

No que diz respeito à área de Mobilidade Urbana, a Via Expressa Baía de Todos os Santos, considerada a maior obra viária de Salvador, nos últimos 30 anos, aplicará recursos da ordem de R\$ 380 milhões e ligará a BR-324 ao Porto de Salvador, através de faixas exclusivas para a circulação de cargas pesadas e outras para o tráfego urbano. Além do Governo do Estado, participa da sua implantação o Ministério dos Transportes, por intermédio do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte – DNIT.

Merece destaque as obras de reforma e ampliação do Estádio Roberto Santos – mais conhecido como Estádio de Pitaçu. Estas obras irão promover a requalificação do espaço esportivo, adequando-o ao Estatuto do Torcedor, permitindo ao público desportista baiano frequentar novamente uma praça de esportes reservada ao futebol

profissional. A reforma e ampliação do Estádio de Pitaçu representam um investimento total de R\$ 55,1 milhões, dos quais foram aplicados, em 2008, em torno de R\$ 33,9 milhões em diversas ações.

Outra obra que mereceu atenção especial é a do metrô de Salvador. Resultado da parceria entre o Governo Federal, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Salvador, o metrô teve seu equipamento rodante adquirido com recursos da contrapartida do Governo do Estado. Desse modo, foram adquiridos 24 vagões, dos quais 12 já estão em Salvador e os outros 12 vagões deverão chegar em 2009. Na aquisição dos trens, foram desembolsados US\$ 27,1 milhões.

No que se refere à interiorização das ações do Governo, em atendimento ao PPA 2008–2011, de dinamizar as diferentes regiões do Estado, reafirmando a preocupação em prover infra-estrutura que melhore as condições de habitabilidade das cidades, neste ano foram asseguradas a execução de 98 obras entre construção, ampliação e recuperação de diversos tipos de equipamentos urbanos, além da execução de obras de requalificação urbana, construção de praças, pavimentação e drenagem de vias públicas, entre outros projetos.

No âmbito da Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica, ressalta-se o Programa Luz para Todos, cujo objetivo é levar a energia elétrica às famílias de baixa renda, prioritariamente do meio rural, para que estas utilizem a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. Além disso, a chegada da energia elétrica facilita a integração de outros programas sociais, como o acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. Na Bahia, além das 360.707 ligações previstas nos termos de compromisso celebrados, foram identificadas pelos agentes executores mais 235 mil novas ligações a serem realizadas até o término do programa, em 2010. O Governo do Estado, no ano de 2008, participou com R\$ 65,7 milhões, correspondentes à execução de 941 obras, num total de 12.894 ligações e com a implantação de 2.241km de rede de distribuição.

Ainda no âmbito da geração de energia elétrica, destaque para a construção de três pequenas centrais hidroelétricas, em Sítio Grande, com 19,36MW, no Rio das Fêmeas, em Palmeiral, com 7,6MW, e em Jatobá, com 8,6MW, totalizando investimentos de R\$ 140 milhões e ampliando a oferta de energia elétrica na região em mais 35,6MW.

Outro projeto de suprimento que vem sendo acompanhado atentamente pelo Governo do Estado é o Gasoduto Sudeste–Nordeste, o

Gasene, com previsão de interligar, a partir de 2010, os Estados do Nordeste às fontes de suprimento do Sudeste (bacias de Campos, Espírito Santo e Santos). Na Bahia, o Gasene irá percorrer 45 municípios, desde Mucuri até Catu, tendo três *city-gates* – estações que recebem o gás da Petrobras e transferem para os clientes da Bahiagás –, além de cinco estações de compressão.

Assim, o Governo do Estado, visando ampliar os efeitos benéficos que têm sobre a realidade social e econômica, mais do que nunca, faz de seus programas relacionados à infra-estrutura (habitação, saneamento e energia) prioridades de Estado.

Nesse sentido, o Governo do Estado propõe ações consistentes de apoio ao setor, com a conseqüente introdução de novos mecanismos de associação entre o setor público e o privado, privilegiando o planejamento, a organização, a integração e a modernização dos seus processos.

Registre-se ainda a expressiva contribuição das inversões em infra-estrutura urbana para manter e gerar novas oportunidades de trabalho e emprego, configurando mais um aspecto positivo no sentido de melhorar a qualidade de vida da população baiana.

CIDADES SUSTENTÁVEIS: DESENVOLVIMENTO URBANO

APOIO À INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES EM ÁREAS URBANAS

Com o objetivo de desenvolver e apoiar a implantação de projetos de infra-estrutura e equipamentos urbanos nas áreas urbanas dos municípios da Bahia, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR deu início à captação de recursos do Governo Federal, através da



Orla de Salvador

elaboração de planos de trabalho para implantação desses projetos, com recursos do Orçamento Geral da União – OGU e do Tesouro do Estado.

Em dezembro de 2007 foi possível iniciar a celebração de convênios com prefeituras municipais para a pavimentação de vias, urbanização de praças e requalificação urbana, com recursos do Estado, bem como de contratos para realização, direta pelo Governo da Bahia, de obras de pavimentação de vias e urbanização de espaços públicos, com recursos repassados pelo OGU, mediante emendas parlamentares conforme representado na Tabela 1.

No ano de 2008 foram encaminhados para convênio, projetos de pavimentação e drenagem, construção de equipamentos urbanos e praças em 20 municípios do interior do Estado.

Em Salvador, destacam-se as obras de reforma e ampliação do Estádio de Pituauçu e do seu sistema de acesso.

A reforma e ampliação do Estádio de Pituauçu representam um investimento total de R\$ 55,1 milhões dos quais foram aplicados em torno de R\$ 33,9 milhões em diversas ações.

A atuação do Governo, no interior do Estado, permitiu a execução de 98 obras: 16 concluídas e 82 em andamento, aplicando-se em 2008, R\$ 8,8 milhões de um total de R\$ 45,9 milhões contratados na construção, ampliação e recuperação de diversos tipos de equipamentos urbanos e na execução de obras de requalificação urbana,

construção de praças, pavimentação e drenagem de vias públicas, entre outros projetos de pequeno porte, reafirmando a preocupação do Governo do Estado em prover infra-estrutura que melhore as condições de habitabilidade das cidades.

EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES

Em 2008 foi elaborado Termo de Referência para chamada pública com vistas à seleção de projetos para a implantação de infra-estrutura viária ou de equipamentos estruturantes em municípios baianos. O Termo de Referência é instrumento de orientação do processo de apoio à implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos em municípios, adequando-o aos princípios republicanos e de transparência do Governo, no propósito de melhorar a qualidade urbana a partir do padrão estabelecido para os investimentos do Estado.

PARQUE URBANO DO COCHÓ, NO MUNICÍPIO DE SEABRA

O Parque Urbano do Cochó, proposto no Plano Diretor de Seabra como Projeto Estratégico, busca não somente promover o desenvolvimento regional do Município, mas também atender às manifestações da comunidade seabrense, junto ao Governo do Estado. Como equipamento estratégico, terá papel importante na estruturação do espaço urbano da cidade, na qualidade de vida e ambiental pela proteção do ecossistema e contenção do assoreamento do leito e da área de brejo do vale do Rio Cochó, amenizando os efeitos das chuvas, reduzindo a poluição hídrica e visual.

Tabela 1

PROJETOS DE APOIO A INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS URBANOS BAHIA, 2007- 2008

Em R\$ 1.000,00							
ANO	Nº DE MUNICÍPIOS	OBJETO		TOTAL	VALOR DO CONVÊNIO		
		TIPO	QTD.		ORIGEM DOS RECURSOS		
					ESTADO	MUNICÍPIO	UNIÃO
RECURSOS APLICADOS							
CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS							
2007	21	Equipamentos urbanos	3 unid	52,5	50,1	2,4	–
		Pavimentação e drenagem	187 km				
		Praça	12 unid				
2008	16	Equipamentos urbanos	2 unid	23,6	22,5	1,1	–
		Pavimentação e drenagem	39 km				
		Praça	1 unid				
TOTAL	37			76,1	72,6	3,5	–
CONVÊNIOS COM A UNIÃO							
2008	52	Pavimentação e drenagem, mobilidade, turismo		39,8	5,5	–	34,3
TOTAL DE CONVÊNIOS							
2007/2008	89	Infra-estrutura e equipamentos urbanos		115,9	78,1	3,5	34,3
							36,0

Fonte: SEDUR

O Projeto Integrado de Urbanização do Parque Urbano do Cochó e de Esgotamento Sanitário Unitário (Drenagem e Esgoto) cumpre o objetivo de implantar projetos visando promover o desenvolvimento urbano, ampliando as potencialidades econômicas, culturais e de lazer e garantir a sustentabilidade ambiental urbana.

Com a implantação do Parque, pretende-se ainda atualizar e adaptar o sistema atual às novas premissas do saneamento, garantindo coletores e interceptores de esgoto e drenagem em áreas onde já se encontra implantada alguma rede de drenagem, representando um acréscimo de 30% de folga na vazão dimensionada.

Em 2008, as ações realizadas resultaram na elaboração de Termo de Referência – TR que orientará o Projeto Executivo do Parque, com conclusão prevista para 2009.

INFRA-ESTRUTURA EM ÁREAS TURÍSTICAS

Em parceria com a Secretaria de Turismo – SETUR, com recursos do Programa de Desenvolvimento Turístico – Prodetur, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia – Conder vem desenvolvendo ações conjugadas para o fortalecimento do turismo no Litoral Norte, numa nova visão que leva em consideração as condicionantes ambientais e as reais necessidades das comunidades residentes nessas áreas, criando condições que assegurem o desenvolvimento integrado da região, a partir da sustentabilidade social e ambiental. Em Mata de São João, estão em andamento ações de esgotamento sanitário na localidade de Imbasai, onde ainda estão previstas obras de requalificação urbana como a construção de uma praça, ciclovia e um calçadão, além da implantação de sanitários e projetos de iluminação pública e paisagismo.

Em Salvador, encontra-se em andamento as obras desenvolvidas no corredor turístico: Amaralina/Jardim de Alah – Projeto Orla de Salvador, onde foram investidos R\$ 1,6 milhão.

PROGRAMA DE MOBILIDADE URBANA E INTERURBANA

Sendo a mobilidade urbana o resultado da interação dos deslocamentos de pessoas e bens entre si e com a própria cidade, a falta de movimentação adequada representa um dos principais fatores de dicotomia social e de desigualdade territorial. Para minimizar essa situação, vem-se intensificando a intervenção nesta área, especialmente no apoio aos municípios na implantação, recuperação e manutenção da infra-estrutura urbana vinculada à circulação viária, como, também, desenvolvendo ações que tornem as cidades mais acessíveis e com uma gestão municipal mais fortalecida e preparada para enfrentar os desafios do setor.

Com este foco, estabeleceu-se uma programação estratégica de atuação, descrita no Plano Plurianual 2008–2011, o programa “Mobilidade Urbana e Interurbana”, que contempla os seguintes projetos:

PROGRAMA DE VIAS ESTRUTURANTES/VIA PORTUÁRIA

O Governo da Bahia considera a mobilidade urbana função pública destinada a garantir a acessibilidade para todos e, por isso, assumiu a continuidade da via portuária iniciada em parceria com a PMS, revisando o projeto e dotando-o de características urbanas, transformando a via destinada, exclusivamente, a cargas para o porto em solução para a circulação urbana, aliada à solução do transporte de cargas demandado pelo Porto de Salvador, incluindo-a na ação de Vias Estruturantes – Via Expressa Portuária de Salvador – VEPS.

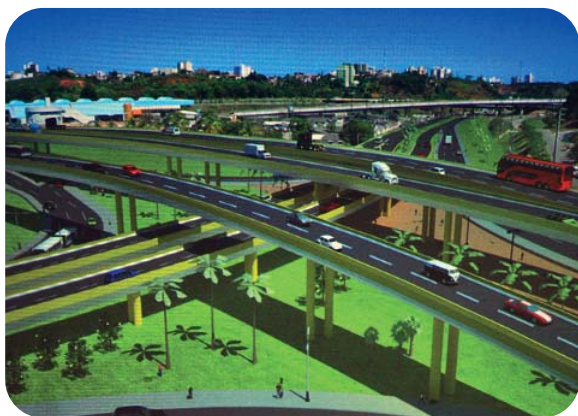
A Via Expressa Baía de Todos os Santos ligará a BR-324 ao Porto de Salvador, através de faixas exclusivas para a circulação de cargas pesadas e outras para o tráfego urbano, incluindo sinalização ostensiva, velocidades compatíveis com o tipo de tráfego e consideração especial para a mobilidade de pedestres no seu entorno.



Orla de Salvador



Alberto Coutinho e Roberto Viana - Agecom



Via Expressa

Com 4,3km, a via terá dez faixas de tráfego, três túneis e 14 viadutos, além de equipamentos de infra-estrutura e lazer como ciclovias e quatro passarelas interligando bairros situados em sua área de influência.

O investimento para as obras da Via Expressa é de R\$ 380 milhões. Além do Governo do Estado, participa da sua implantação o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte – DNIT, órgão do Ministério dos Transportes. Em 2008, foram aplicados recursos da ordem de R\$ 2,2 milhões no Programa Vias Estruturantes e em ações iniciais desenvolvidas, a saber:

- finalização e aprovação do projeto básico e licenciamento ambiental;
- audiências públicas, assinatura de convênio com o DNIT e apresentação do projeto à Cidade do Salvador;
- levantamento cadastral e socioeconômico de unidades a serem desapropriadas;
- mobilização da comunidade e atendimento ao público-alvo;
- início do processo licitatório das obras;
- planejamento estrutural e organizacional da equipe de trabalho;
- plano de ataque das obras; e,
- início do detalhamento do projeto básico e elaboração do projeto executivo.

Também estão asseguradas outras intervenções urbanas complementares que garantirão melhorias para o trânsito na Rótula do Abacaxi, Ladeira do Cabula, Largo Dois Leões e Baixa de Quintas.

METRÔ DE SALVADOR

A implantação do metrô de Salvador resulta da parceria entre a Prefeitura Municipal do Salvador – PMS e o Governo da Bahia, cabendo ao Estado a compra do equipamento rodante.

Em 2008, foram adquiridos 24 vagões, dos quais 12 já estão em Salvador. Os outros 12 vagões deverão chegar no início de 2009, complementando, assim, a contribuição do Governo Estadual para o transporte de massa da cidade. Na aquisição dos trens e obras de infra-estrutura do sistema viário, foram investidos US\$ 27,3 milhões, conforme Tabela 2.

TERMOS DE REFERÊNCIA EM MOBILIDADE URBANA

TREM REGIONAL

O projeto de implantação do Trem Regional foi desenvolvido com o objetivo de requalificar o Sistema Ferroviário de Transporte de Passageiros entre Salvador e Alagoinhas, passando pelos municípios de Simões Filho, Camaçari, Dias d'Ávila, Mata de São João, Pojuca e Catu, melhorando as condições das vias, dos equipamentos e das estações.

Foi elaborado, em 2008, o Termo de Referência para Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA. A partir desse estudo, serão iniciadas as etapas de:

- formação do Consórcio Intermunicipal para Gestão do Trem Regional;
- modelagem operacional e comercial;
- alocação de investimentos nos equipamentos e nas estações; e,
- licitação para execução da via.

PLANO DE ACESSIBILIDADE REGIONAL E MUNICIPAL

O Estudo de Acessibilidade aos Centros Urbanos do Semi-árido da Bahia encaixa-se num contexto em que a priorização de políticas voltadas à inclusão socioeconômica pelo Governo do Estado tem à

Tabela 2

INVESTIMENTO EM OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO SISTEMA VIÁRIO E AQUISIÇÃO DE TRENS DO METRÔ DE SALVADOR BAHIA, 2007-2008

TIPO DE INTERVENÇÃO	Em US\$ 1,00		
	INVESTIMENTO NO PERÍODO		
	2007	2008	2007/2008
Vias Estruturantes – Via Portuária	8.773	2.212	10.985
Trens do Metrô de Superfície	-	16.321	16.321
TOTAL	8.773	18.534	27.306

Fonte: Conder/Astec



Trens do Metrô

Alberto Coutinho / Agecom

frente o grande desafio de fortalecer as cidades com a elaboração do Plano de Acessibilidade dos centros urbanos daquela região.

Tendo em vista que na implementação de uma política de desenvolvimento sustentável, tanto urbana quanto regional, é imprescindível a oferta de acessibilidade, intra e intermunicipal, que possibilite à população usufruir todos os bens que as cidades oferecem, otimizando-as enquanto locus de trocas e serviços, as atividades até então desenvolvidas buscam reconhecer as particularidades dos municípios, sobretudo suas potencialidades, para adequar a organização territorial aos preceitos do desenvolvimento local sustentável.

Foi elaborado, em 2008, Termo de Referência – TR, para instrução do processo de licitação de empresa de consultoria que cuidará do desenvolvimento do estudo.

CAPACITAÇÃO EM MOBILIDADE URBANA

O Estado visa promover a atualização dos profissionais integrantes da administração pública que trabalham em planejamento, implementação de projetos de mobilidade urbana e gestão de serviços de transporte coletivos, com a capacitação em mobilidade urbana.

Para contratação, em março de 2009, de empresa que promoverá as oficinas de capacitação, foi elaborado, em 2008, Termo de Referência – TR. Os participantes terão contato com os temas e discussões atuais que estão ocorrendo no Brasil, bem como em outros países, relativos ao planejamento da mobilidade, sua relação com o planejamento urbano e os seus impactos ambientais.

Esta primeira etapa prevê o atendimento dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – RMS e aqueles com mais de 100 mil habitantes, onde os problemas de mobilidade atingem uma com-

plexidade maior. O projeto deverá ter continuidade com a capacitação dos conselheiros do Conselho Estadual das Cidades – ConCidades/BA e abranger todo o Estado.

PLANO DE MOBILIDADE – PLANMOB DA RMS E ENTORNO

Versando sobre temas como acessibilidade, sistema viário de circulação e trânsito, transporte coletivo de passageiros e transporte de cargas, em articulação com o uso e ocupação do solo, o PlanMob terá como objetivo promover ações integradas de mobilidade urbana em todas as suas conexões metropolitanas. Visa proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano de forma segura, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável; aperfeiçoar e ampliar a acessibilidade entre os municípios envolvidos; induzir a consolidação da malha viária urbana existente; direcionar e regular investimentos futuros na infraestrutura geral, na logística, em especial, bem como potencializar o desenvolvimento econômico da região e do Estado.

Em 2008, foi produzido o Termo de Referência – TR, que fundamenta processo licitatório para a definição da empresa a ser contratada para a elaboração do PlanMob, com previsão de início das atividades para março de 2009.

A contribuição mais esperada com a obtenção desse instrumento é a possibilidade de antever situações que poderão advir do crescimento urbano em relação à mobilidade urbana, por meio de projeções do crescimento demográfico, caso não haja nenhuma intervenção sobre eles, e do crescimento previsto pelos indicativos da política urbana metropolitana.

O Plano também evidenciará os vetores de expansão, áreas urbanas a serem restringidas, zoneamento de uso e ocupação do solo, áreas destinadas a programas habitacionais e localização de novos empreendimentos que poderão vir a se instalar.

Em 2008, também, foram iniciados estudos e avaliação da oportunidade de implantação da ponte Salvador–Itaparica, que influenciará na dinâmica socioeconômica de toda a RMS.

HABITAÇÃO – PROGRAMA DIAS MELHORES

No setor, as políticas públicas buscam reduzir o déficit habitacional que, na Bahia, está estimado em 650 mil unidades. O Governo im-



Agnaldo Novais / Agecom

Projeto Eva

plantou um novo modelo de gestão com a aprovação da Lei nº 11.041, que definiu a estrutura do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, instituiu a Política Estadual de Habitação de Interesse Social, e criou o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social e o Conselho Gestor do Fundo que, junto com o Conselho Estadual das Cidades, objetivam, por um lado, valorizar a ação democrática, descentralizada e com participação popular e, por outro, promover a coordenação e a integração dos investimentos e ações.

AÇÕES DE PROVISÃO HABITACIONAL E URBANIZAÇÃO DE ÁREAS PRECÁRIAS – DIAS MELHORES

Através do Programa Dias Melhores, destinado à população de baixa renda, o Governo do Estado está promovendo a maior intervenção habitacional, na Bahia:

- Novas unidades – de janeiro de 2007 a dezembro de 2008, foram 49.273 Unidades Habitacionais sendo 9.613 unidades construídas, 35.911 obras em andamento e 3.749 com recursos garantidos, a iniciar; e,
- Melhorias habitacionais – de janeiro de 2007 a dezembro de 2008, foram 13.850 melhorias sendo 1.346 concluídas, 6.339 em andamento e 6.165 com recursos garantidos, a iniciar.

PAC – PROGRAMA PRIORITÁRIO DE INVESTIMENTOS – PPI

A ação de urbanização integrada de assentamentos precários, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, compreende a execução de projetos nos municípios de Salvador, Simões Filho, Lauro de Freitas e Feira de Santana, abrangendo intervenções de produção de habitações, melhorias habitacionais e regularização



Agnaldo Novais / Agecom

Projeto EVA

fundiária, representa um investimento total de R\$ 365 milhões em recursos da União e do Tesouro estadual. Deste montante, serão investidos R\$ 264 milhões em habitação, no Estado da Bahia, com R\$ 207 milhões em fase de obras, conforme Tabela 3.

As intervenções do PAC marcam a mudança do paradigma de atuação do Estado no campo da urbanização de áreas precárias, não apenas no que se refere ao atendimento às diretrizes e princípios estabelecidos pelos novos marcos legais relativos ao desenvolvimento urbano e particularmente à habitação de interesse social (Estatuto das Cidades, Política Nacional de Habitação de Interesse Social – PNHS, Política Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHS), ao estreitamento da relação com os movimentos sociais, ao estabelecimento de negociações com as comunidades envolvidas nas áreas de intervenção, como pela sua abrangência e impacto social positivo.

Como exemplo do novo modelo de atuação, pode-se citar a pactuação com o Movimento Sem Teto de Salvador – MSTs, para atendimento da demanda de novas habitações na área de Fazenda Grande, projeto contratado com previsão de início de obras para o primeiro semestre de 2009, e beneficiará 500 famílias, com recursos orçados

Política de Habitação de Interesse Social

Uma Construção Democrática



Roberto Viana / Agecom

Política Estadual de Habitação de Interesse Social

Tabela 3

PROGRAMA PRIORITÁRIO DE INVESTIMENTOS – PPI/URBANIZAÇÃO DE ÁREAS PRECÁRIAS
BAHIA, 2008

Em R\$ 1.000,00

MUNICÍPIO	ÁREA DE INTERVENÇÃO (ZONA URBANA/ EMPREENDIMENTO)	Nº MELHORIAS	Nº DE U.H	Nº DE LOTES URBANIZADOS	DOMICÍLIOS REGULARIZADOS	Nº FAMÍLIAS ATENDIDAS	INVESTIMENTO		
							UNIÃO	ESTADO	TOTAL
Salvador	Jardim das Mangabeiras	637	624	620	2.252	2.252	32.592	7.154	39.746
Salvador	Baixa do Soronha	1.152	189	-	2.166	2.166	18.453	4.051	22.504
Salvador	Nova Esperança	1.106	475	-	2.278	2.278	31.974	7.019	38.993
Salvador	Nova Constituinte	2.061	147	-	2.122	2.122	35.178	7.722	42.900
Salvador	Águas Claras	-	270	-	822	822	12.628	2.772	15.400
Salvador (Falha Geológica 1ª etapa)	16 casarões	353	805	-	2.661	2.661	35.379	6.368	41.747
	Baixa do Cacau I								
	Baixa do Cacau II								
	Alto do Bom Viver								
	Pilar II								
Salvador (Falha Geológica 2ª etapa)	Costa Azul	253	184		556	556	7.380	1.620	9.000
	Alto de Ondina	25	20		400	400	3.280	720	4.000
	Santo Antônio	11	48		110	110	5.811	1.276	7.087
	Lapinha	54	96		182	182	7.408	1.626	9.034
	Água Brusca	50	140		700	700	7.081	1.554	8.635
	Rocinha		66		66	66	5.270	1.157	6.427
	Pilar III		70		70	70	3.573	784	4.357
	Casarões		162		151	151	6.691	1.469	8.160
Feira de Santana	Lagoa Grande	893	690	-	4.000	7.091	55.760	12.240	68.000
Lauro de Freitas	Lagoa da Base	783	296	-	1.000	2.500	14.740	3.236	17.976
Simões Filho	Pitanguihas	490	181	-	3.168	3.500	16.371	3.594	19.965
TOTAL		7.868	4.463	620	22.704	27.627	299.569	64.362	363.931

Fonte: SEDUR/Diretoria de Provisão Habitacional e Urbanização de Assentamentos Precários

em R\$ 13,7 milhões e contrapartida de R\$ 8,8 milhões do Governo do Estado. Tal acordo, referendado pelo Conselho Estadual das Cidades, através da Câmara Técnica de Habitação, vem consolidar o controle social que deverá pautar as ações do Estado nas suas intervenções na área de habitação. Outro exemplo que merece destaque é a intervenção na Vila Nova Esperança (antiga Rocinha), situada no Centro Histórico de Salvador, atendendo a 66 famílias, parte integrante do projeto da Falha Geológica II, cujo estudo, desde a sua concepção, contou com a participação direta da comunidade e representa o reconhecimento do direito de permanência na área de mais de 2 mil famílias que resistiram à anterior política de exclusão.

A estratégia adotada de transformar as áreas de intervenção em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, por meio de gestões junto às prefeituras dos municípios envolvidos, foi de fundamental importância para viabilização do processo de regularização fundiária dessas áreas, além de contribuir, sobremaneira, na implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade que garantem a função social da propriedade. Ressalte-se que tal estratégia representou uma economia significativa para o poder público, uma vez que redesenhou o instituto da desapropriação, utilizado anteriormente como única alternativa de regularização jurídica das áreas para efeito de investimentos públicos.

As obras, em diferentes estágios de execução, beneficiarão a mais de 25 mil famílias até a conclusão, prevista para 2010.

FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FNHIS

A iniciativa do Ministério das Cidades na democratização do acesso ao processo de seleção dos projetos a serem atendidos com os recursos do FNHIS possibilitou ao Estado inscrever suas propostas com base na demanda apresentada pelos municípios e movimentos



Urbanização da Rocinha – Pelourinho

sociais. Desta forma, em 2007, foram contratadas 34 operações nas modalidades de assistência técnica para habitação de interesse social, apoio a provisão habitacional de interesse social e melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários, sendo cinco para as zonas rurais. Em 2008, das 53 propostas selecionadas, 40% foram projetos voltados para a zona rural, o que representa um incremento significativo em relação ao ano anterior, principalmente considerando-se que boa parte foi solicitada por associações rurais.

Mesmo considerando as limitações de atendimento do FNHIS, o que impôs o estabelecimento de limites máximos de propostas por município e de repasse de recursos por intervenção, a seleção anual do FNHIS representa um importante aporte para o Estado no atendimento a demandas de municípios e entidades da sociedade civil. Em 2008, foi investido em torno de R\$ 29 milhões aplicados em 38 municípios, beneficiando mais de sete mil famílias. Ver Tabela 4.

REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS – PROGRAMA MONUMENTA

O Monumenta é um programa de financiamento para recuperação de imóveis de valor histórico localizados em sítios urbanos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, envolvendo recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e contrapartidas federal e estadual, por intermédio da Secretaria de Cultura – SECULT/Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – Ipac e SEDUR/Conder.

Em 2008, dando continuidade às ações de recuperação da 7ª Etapa do Centro Histórico de Salvador, foram concluídas as obras de recuperação dos seguintes monumentos: Liceu de Artes e Ofícios e Casa



Inauguração Av Sr. dos Passos – Lençóis

dos Sete Candeeiros e iniciadas as obras de recuperação dos monumentos Tesouro I e II que abrigarão o Museu da Cultura Afro Brasileira.

Com recursos do Programa de Habitação para Servidor Público Estadual – Prohabit, está em andamento a recuperação de 56 imóveis situados na área da 7ª etapa, que abrigarão 271 apartamentos. Nestas ações foram aplicados, em 2008, recursos da ordem de R\$ 1,9 milhão, previsto investimento total na ordem de R\$ 17,3 milhões, conforme Tabela 5.

PROGRAMA HABITACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO – PHSP

Em parceria com a Caixa Econômica Federal – CAIXA, o Programa Habitacional do Servidor Público – PHSP já beneficiou 1.892 servidores, entre 2007 e 2008.

Diversos empreendimentos foram oferecidos na RMS e no interior do Estado para aquisição, através do Fundo de Arrendamento Resi-

Tabela 4

INVESTIMENTOS DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FNHIS BAHIA, 2008

MODALIDADE	ZONA	INVESTIMENTO			Em R\$ 1.000,00
		TOTAL	UNIÃO	ESTADO	Nº FAMÍLIAS ATENDIDAS
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	Urbana	893	667	226	3.900
	Rural	927	562	365	2.283
	Total	1.820	1.229	591	6.183
PROVISÃO	Urbana	20.924	8.888	12.036	821
	Rural	3.771	2.899	872	234
	Total	24.695	11.787	12.908	1.055
URBANIZAÇÃO/MELHORIAS	Urbana	2.753	1.977	776	123
	Total	2.753	1.977	776	123
TOTAL		29.268	14.993	14.275	7.361

Fonte: SEDUR/Diretoria de Provisão Habitacional e Urbanização de Assentamentos Precários

Tabela 5

**INVESTIMENTOS DO PROGRAMA MONUMENTA NO MUNICÍPIO DE SALVADOR
BAHIA, 2008**

LOCALIDADE	DESCRIÇÃO	ESTÁGIO DA OBRA	Nº DE FAMÍLIAS	Em R\$ 1.000,00	
				INVESTIMENTO	
7ª etapa/CHS (PHIS II)*	Recuperação de 9 imóveis	Em andamento até 75%	51	3.395	
7ª etapa/CHS (PHIS I)	Recuperação de 12 imóveis	Em andamento até 50%	52	3.685	
CHS	Recuperação de 24 imóveis	Em andamento até 50%	118	7.038	
7ª etapa/CHS	Recuperação de 11 imóveis	Em andamento até 25%	50	3.191	
TOTAL			271	17.309	

Fonte: SEDUR/Conder

*Concluídas e Inauguradas Obras em Dois Casarões, Atendendo a 11 Famílias (dois imóveis) e quatro pontos comerciais.

dencial – FAR e pelo sistema de Carta de Crédito, tendo sido comercializadas, em 2008, um total de 834 unidades. Ver Tabela 6.

PRÓ-MORADIA/POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PHIS/CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

O Programa de Atendimento Habitacional – Pró-Moradia é voltado à oferta de moradia às populações de baixa renda, através de financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ao poder público, para o desenvolvimento de ações de urbanização de áreas precárias, produção de lotes urbanizados, cesta de materiais de construção, produção de conjuntos habitacionais e desenvolvimento institucional.

Nestas ações foram investidos, este ano, R\$ 8,5 milhões em obras de urbanização, infra-estrutura, melhorias habitacionais e construção de unidades em Salvador e em 15 municípios de diversos Territórios do Estado, beneficiando mais de oito mil famílias, conforme Tabela 7.

PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PSH

O PSH 2008 contratou a construção de 9.842 unidades habitacionais, distribuídas em 152 empreendimentos, envolvendo um recurso total de R\$ 84,2 milhões, sendo R\$ 24,9 milhões de recursos do Estado. Do total de unidades contratadas em 2008, cabe destacar que mais de cinco mil estão sendo executadas em parceria com entidades rurais.

Dessas Unidades Habitacionais – UH, 3.612 estão com obras em andamento e medições aprovadas. Cinquenta e dois por cento localizam-se em zona rural e compõem empreendimentos com unidades isoladas, 43,9% estão em zona urbana, agrupadas basicamente em novos conjuntos habitacionais em um contexto de expansão urbana, e 4,1% das UH são categorizadas como metropolitanas.

De modo geral, as obras foram iniciadas entre o final de junho e início de julho, sendo o prazo máximo previsto de execução das obras de 12 meses.

RESOLUÇÃO 460

O que se convencionou chamar de Resolução 460 consiste na resolução do Conselho Curador do FGTS que regulamenta o Programa de Operações Coletivas com recursos deste fundo. Cabe destacar que a edição em vigência tem o número de Resolução 518. O Programa Operações Coletivas é um programa de financiamento com o objetivo de atender às necessidades habitacionais das famílias de baixa renda, com financiamento direto às pessoas físicas, organizadas de forma coletiva, em parceria com a entidade organizadora.

Por meio do programa operações coletivas, estão em andamento obras para a construção de mais de 18 mil unidades habitacionais, perfazendo um investimento total de cerca de R\$ 178 milhões. Neste programa, foram concluídas 2.448 moradias, em 2007, e entregues 6.769 unidades, em 2008.

Tabela 6

**PROGRAMA HABITACIONAL DO SERVIDOR
PÚBLICO – PHSP
BAHIA, 2008**

LOCALIZAÇÃO	Nº DE UNIDADES COMERCIALIZADAS
CONTRATOS ASSINADOS – FAR	47
Salvador	45
RMS	2
CARTAS DE CRÉDITO	240
Salvador	167
Interior	73
CARTA DE CRÉDITO INDIVIDUAL – DIVERSAS	547
TOTAL	834

Fonte: SEDU/Conder/Astec

Tabela 7

**DIAS MELHORES – PRÓ-MORADIA
BAHIA, 2008**

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	INVESTIMENTO		Nº U.H.	MELHORIAS	Nº DE FAMÍLIAS
		TOTAL	APLICADO			
SALVADOR		38.030	1.456	766	1.254	4.162
Concluídas		3.561	–	–	188	336
	Joanes Azul	3.561	–	–	188	336
Em Andamento		34.469	1.456	766	1.066	3.826
	Baixa do Saboeiro/Roberto Santos III	11.404	410	120	348	1207
	Vila Valéria	4.034	86	90	215	689
	Bate Facho/Narandiba	653	–	138	391	790
	Paraíso Azul/Rec. Feliz	14.329	–	309	80	890
	Pilar	4.049	225	109	32	250
	Outros	–	735	–	–	–
INTERIOR		70.399	7.066	2.130	1.355	4.717
Concluídas		10.394	216	336	733	1.523
Sta Maria da Vitória	Macambira/Alt. do Cruzeiro	3.988	102	70	283	762
Sto Antônio de Jesus	Rádio Clube	3.568	7	5	450	500
Barreiras	Loteamento Santo Antônio	2.838	–	261	–	261
Outros	Diversas	–	107	–	–	–
Em Andamento		60.005	6.850	1.794	622	3.194
Brumado	São Jorge	1.827	406	10	150	217
Camacan	Joana Angélica	3.573	251	176	54	230
Eunápolis	Gusmão	3.630	1.209	55	83	260
Itabuna	Bananeiras	3.744	–	114	–	114
Itacaré	Santo Antônio	10.393	497	322	60	392
Itamaraju	Vale do Jacuruçu	3.747	–	130	–	400
Ilhéus	Nossa Sra. da Vitória	9.031	546	260	–	260
Irecê	Félix	2.673	28	30	178	230
Lauro de Freitas	Caji	7.423	462	451	–	451
Nazaré	Cajueiro	3.138	71	96	7	140
Sta Cruz Cabrália	Capitão Luiz Matos	10.826	3.380	150	90	500
TOTAL		108.429	8.522	2.896	2.609	8.879

Fonte: SEDUR/Conder/Astec

PROGRAMA HABITAR BRASIL BID – HBB

Este programa foi formatado para atender a famílias com renda mensal de até três salários mínimos, que residem em assentamentos subnormais localizados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de estados e prevê o saneamento integrado, urbanização, instalação de equipamentos comunitários, respeito às condicionantes ambientais, garantindo à população uma vida mais digna, diminuindo as desigualdades sociais. Os recursos para implantação deste novo modelo são oriundos dos programas Pró-Saneamento, Habitar BID.

Na obras concluídas do HBB, foram investidos R\$ 14,4 milhões, em 2008, que beneficiaram 1.157 famílias. Em relação às obras em andamento, foram gastos R\$ 1,1 milhão que beneficiarão 2.677 famílias de acordo com a Tabela 8.

MORADA DE TODOS NÓS

O Projeto Morada de Todos Nós visa garantir a proteção às famílias em situação de vulnerabilidade decorrente da condição de pobreza, inserindo, por sua vez, uma política voltada à habitação de interesse social como componente importante no processo de desenvolvimento do Estado. Tal política deverá ser discutida e decidida junto às comunidades, desde a sua concepção, passando pelo desenvolvimento, acompanhamento, até a avaliação pós-ocupação, de modo que continuem organizados, garantindo, assim, o crescimento da comunidade e sua sustentabilidade.

Trata-se de um projeto dirigido às famílias participantes do Programa Bolsa Família – PBF, apresentando um modelo que articula as ações de moradia às atividades socioproductivas, com vistas a uma intervenção integrada com outras áreas, proporcionando a inclusão social

Tabela 8

**DIAS MELHORES – HABITAR BID
BAHIA, 2008**

MUNICÍPIO DE SALVADOR	Nº DE U.H.	MELHORIAS	Nº DE FAMÍLIAS	INVESTIMENTO	Em R\$ 1.000,00
					RECURSOS APLICADOS
Concluído	355	21	1.157	14.403	148
Alagados IV e V	355	21	1.157	14.403	148
Em Andamento	712	32	2.677	30.021	1.065
Alagados IV e V - 2ª Etapa	400	32	432	15.899	477
Alagados VI	312	—	2.245	14.122	562
Outros	—	—	—	—	26
TOTAL	1.067	53	3.834	44.424	1.213

Fonte: SEDUR/Conder/Astec

e o resgate da cidadania através de intervenções que viabilizem a melhoria das condições de habitabilidade e renda.

Oferece as modalidades de construção e reforma, em loteamento ou unidades isoladas, com apoio no valor de R\$ 6 mil por construção de unidade habitacional e até R\$ 3 mil por reforma de unidade habitacional, sendo esta limitada a 20% do total de unidades conveniadas. Esses recursos são destinados exclusivamente para aquisição de materiais de construção e foram calculados com base em uma casa popular de, no mínimo, 30m², com dois quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro. Para sua realização, prevê a parceria com prefeituras municipais e entidades sociais e previsão de construção no seu estatuto.

O Projeto Família Produtiva – Kit Moradia, que vinha sendo desenvolvido desde 2003, em parceria com prefeituras e entidades privadas, com alguns projetos concluídos no exercício atual e com unidades em andamento, em 2007 passou a denominar-se Morada de Todos Nós.

Foram destinados, em 2008, recursos no valor de R\$ 1,23 milhões para convênios em execução pelo Projeto Kit Moradia e pelo Projeto Morada de Todos Nós com obras iniciadas nesse mesmo ano, resultando em 490 unidades habitacionais concluídas, 1.668 unidades com obras em andamento e 348 unidades com obras a iniciar, beneficiando 2.158 famílias, conforme Tabela 9.

Tabela 9

**MORADA DE TODOS NÓS –
SITUAÇÃO DOS PROJETOS
BAHIA, 2008**

PROJETO	UNIDADES HABITACIONAIS		
	NÃO INICIADAS	EM ANDAMENTO	CONCLUÍDAS
Kit Moradia	0	1.620	374
Morada de Todos Nós	348	48	116
TOTAL	348	1.668	490

Fonte: SEDES/Siaa/CPE



Conjunto Habitacional Joanes Azul - Lobato

Manu Dias /Agecom



Dique do Cabrito

Artisteu Chagas /Agecom



Guaibim – Valença

Manu Dias /Agecom

AÇÕES DE PLANEJAMENTO

No âmbito do programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, encontra-se em fase de ajuste final junto ao agente financeiro o Termo de Referência para Elaboração do Plano Estadual de Habitação e Regularização Fundiária – Planehab. O Plano, que tem previsão de recursos do orçamento do Estado e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, é requisito para que a Bahia se integre ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Além disso, representa mais um avanço político-institucional do Estado na política do desenvolvimento urbano, particularmente da habitação, inaugurado com a criação do Conselho das Cidades – Lei 10.704/2007 e a sanção da PEHIS Lei 11.041, de 07 de maio de 2008, tendo como marco balizador as diretrizes da Política Nacional de Habitação.

O Plano é considerado peça fundamental para a atuação do Governo do Estado na habitação, uma vez que através deste elemento será possível o conhecimento do cenário da habitação no Estado da Bahia – não apenas de interesse social, mas de mercado, permitindo a tomada de decisão com maior propriedade, a definição de linhas programáticas, metas físicas e financeiras, alocação de recursos e prioridades de atendimento para enfrentamento do déficit habitacional. Seu referencial contempla ainda a dimensão da regularização fundiária, aspecto crucial na temática da habitação e absolutamente defasada no que se refere às informações sistematizadas. Em total consonância com os princípios da transparência e controle social, todo o processo de elaboração do Plano está sendo acompanhado por grupo específico criado na Câmara Técnica de Habitação do Conselho das Cidades.

No programa Fortalecimento da Gestão Municipal estão as ações de Assistência Técnica aos Municípios para elaboração de Planos Municipais da Habitação de Interesse Social e para Regularização Fundiária. Encontra-se em tramitação o processo para contratação do Instituto Polis, entidade com competência na área para elaboração dos Cadernos de Orientação para Construção de Planos Municipais de Habitação e Cadernos de Orientação para Regularização Fundiária.

Face às dificuldades identificadas para apresentação de projetos, tanto pelas entidades da sociedade civil quanto pelas administrações municipais que buscam recursos para habitação de interesse social, está sendo desenvolvido o projeto para formação de um Núcleo de Assistência Técnica para o desenvolvimento de ações de capaci-

tação na elaboração de projetos urbanísticos, de arquitetura e engenharia e acompanhamento de obras nas modalidades de autoconstrução assistida e mutirão. Encontra-se elaborado o Termo de Referência para orientar o processo licitatório.

Objetivando-se um maior controle na execução dos programas de habitação, foi contratada empresa especializada para realização das atividades de campo relativas ao levantamento, avaliação e fiscalização dos empreendimentos habitacionais no âmbito do Programa Dias Melhores. Os referidos empreendimentos são analisados sob seus aspectos físico-construtivos e sociais, possibilitando a avaliação quantitativa e qualitativa, especificamente no que se refere às irregularidades construtivas, critérios de seleção das famílias e cumprimento dos termos estabelecidos em contrato, dentre outros aspectos.

PROGRAMA REGULARIZAÇÃO JURÍDICO-FUNDIÁRIA EM ÁREAS URBANAS

A lei que instituiu a Política e o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social também representou um avanço no aspecto institucional, na medida em que estabeleceu princípios, diretrizes e instrumentos jurídicos específicos para o Governo da Bahia promover a regularização fundiária de áreas urbanas, notadamente no que tange aos bens públicos estaduais. Com base nesse novo marco normativo, a dimensão da regularização fundiária foi incorporada em todos os projetos inseridos no PAC, sendo previsto o montante de R\$ 6,7 milhões, que beneficiará 20.302 famílias nos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho e Feira de Santana. No sentido de alcançar essa meta, foi promovida uma Oficina de Trabalho com a presença da Procuradoria Geral do Estado, Conder, SEDUR e Defensoria Pública para traçar as estratégias de intervenção e ajuizar as ações de desapropriação pertinentes.

Avanços também foram obtidos na regularização fundiária dos imóveis da Urbis, com a entrega de 2.245 escrituras de propriedade aos mutuários. Em apenas dois anos, 2007 e 2008, foram entregues o número significativo de 4.211 escrituras. Foram também entregues 300 escrituras de cessão de aforamento em Alagados/Novos Alagados e iniciado o cadastramento de 7 mil unidades habitacionais.

No que tange à assistência técnica aos municípios para a promoção da regularização fundiária, houve a captação de R\$ 589 mil oriundos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para aplicação



Conjunto Habitacional EVA



Manu Dias / Agecom

em ações de mobilização e assistência técnica para regularização fundiária, a serem desenvolvidas nos municípios de Cruz das Almas, Barreiras, Alagoinhas, Una, Laje, Mutuípe, Feira de Santana, Itaberaba, Baixa Grande, Itiruçu, Carinhanha, Prado, Santa Rita de Cássia, Salvador, Mortugaba, Itagi e Ubaira.

As ações do Grupo de Trabalho de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários se consolidaram com política de Governo. Através da articulação de diversos atores e órgãos governamentais (Casa Militar, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Administração, Secretaria de Meio Ambiente, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – Ipac e Secretaria de Relações Institucionais) estão sendo mediadas 33 situações de conflitos urbanos, envolvendo 6.630 famílias nos municípios de Salvador, Barreiras, Camacan, Camamu, Esplanada, Feira de Santana, Lauro de Freitas, Mucuri, Salinas da Margarida e Taperoá (Mapa 1). O resultado desse trabalho foi o fechamento de acordos envolvendo as ocupações de Periperi, Estrada Velha do Aeroporto, Conjunto Popular Oyama da Mangabeira (Feira de Santana) e Cairu de Salinas (Salinas da Margarida) que viabilizaram a permanência das famílias nas áreas ocupadas.

PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO

A partir da aprovação da Lei nº. 11.445/07, ficou estabelecido um marco regulatório para o setor do saneamento no Brasil, que contando com o amparo da Lei de Consórcios (Lei nº. 11.107/05), inaugurou um novo período para o saneamento básico no Estado, dando aos entes federativos a possibilidade de promoverem ações articuladas e estruturantes para o setor. O Governo do Estado sancionou, em 1º de dezembro de 2008, a Lei 11.172 – Lei Estadual de Saneamento Básico, avançando na perspectiva da universalização dos serviços de saneamento, constituindo em um marco na política pós-neoliberal do Estado baiano.

Sob essa nova ótica de gestão do saneamento, o Governo do Estado, amparado pela Lei do Saneamento, além de desenvolver ações visando à ampliação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, deu ênfase às ações de resíduos sólidos e, pela primeira vez, às ações de manejo de águas pluviais enquanto ações intrínsecas ao saneamento, tratando inclusive o tema de maneira integrada às ações de habitação. Portanto, a boa gestão dos serviços de saneamento e a redução significativa do déficit se constituíram nos maiores desafios no ano de 2008.

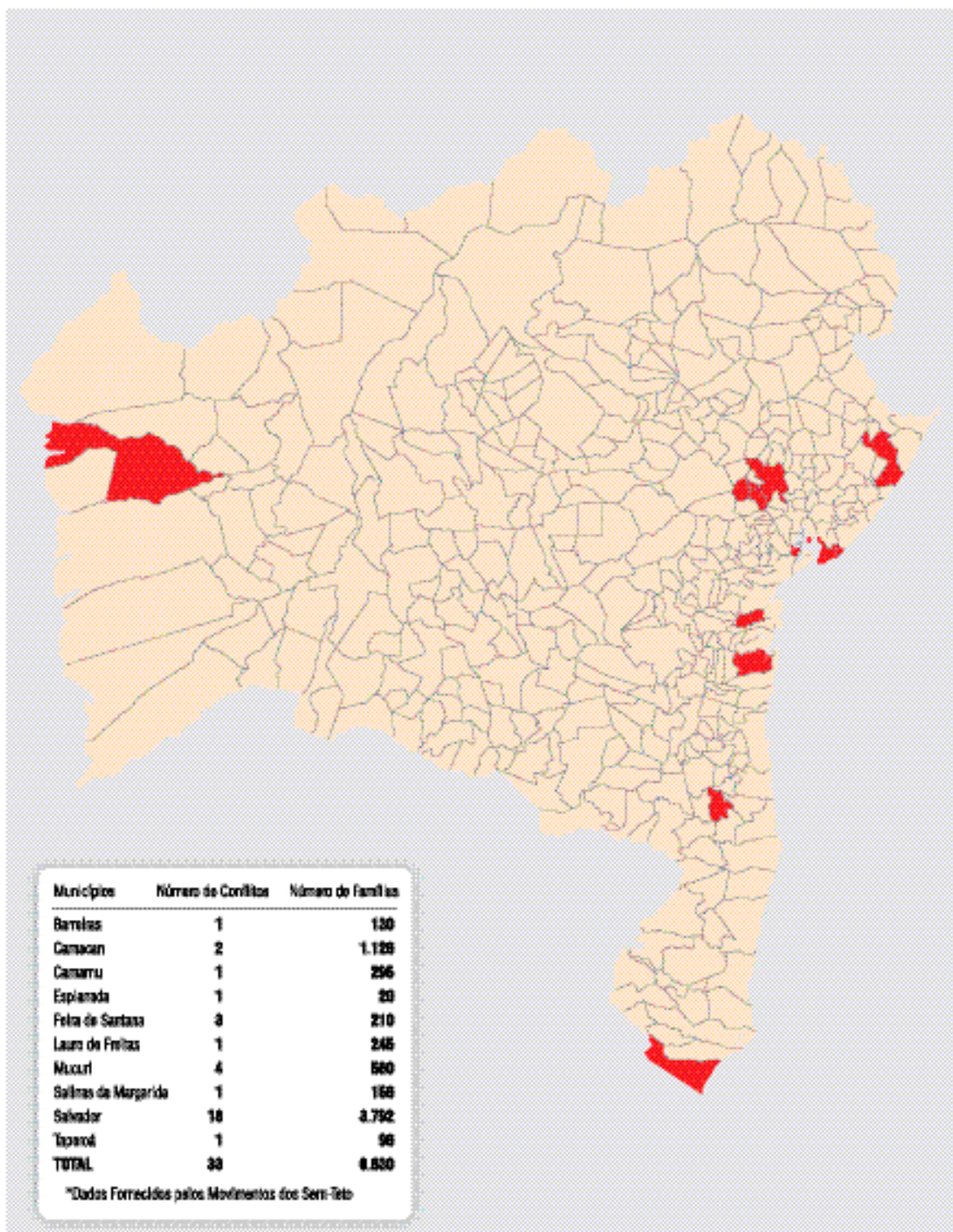
Para otimizar os benefícios do grande volume de recursos do PAC obtido para o setor de Saneamento na Bahia, no entanto, torna-se necessário equacionar os grandes desafios que se colocam para este setor, traduzidos em questões estratégicas relevantes à prestação de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, além de definir um modelo institucional para o planejamento, fiscalização, regulação, prestação dos serviços e controle social, levando-se em consideração os contextos legal e estrutural dos entes federados e dos órgãos estaduais afins como a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – Embasa, Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia – Cerb, Conder e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR.

São desafios no setor do Saneamento baiano:

a) Abastecimento de água

- implantar, de forma eficaz, as obras do PAC e ampliar o abastecimento de água na Região Metropolitana de Salvador – RMS e Litoral Norte, cuja expansão turística precisa ser integrada às necessidades das populações nativas. Isso inclui a atualização das demandas e a racionalização das disponibilidades hídricas atuais – Joanes, Jacuípe, Paraguaçu/Pedra do Cavalo, objetivando a

Mapa 1

**CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS NA BAHIA
BAHIA, 2008**

Fonte: SEDUR/Diretoria de Assuntos Fundiários/MSTB

otimização de múltiplos usos e a perspectiva de integração futura da bacia do Rio Pojuca;

- implantar Sistemas de Abastecimento de Água – SAAs nas duas últimas sedes municipais ainda sem sistema público adequado, que são Caetanos e Campo Alegre de Lourdes, com projetos já elaborados;
- equacionar os riscos de desabastecimento da cidade de Itabuna (que não possui barragem de acumulação) e promover disponibilidade hídrica para o abastecimento de água de municípios da Região do Cacau, inclusive outros usos, bem como para as demandas futuras geradas pelo novo Porto Sul, em Ilhéus, extremo exportador da Ferrovia Oeste–Leste, com a implantação da Barragem do Rio Colônia;
- ofertar água em condições de potabilidade quanto a cloretos e pureza para as populações que se abastecem do sistema do Sisal, atualmente alimentado pela barragem salinizada de São José do Jacuípe, o que poderá ser equacionado com uma nova adutora a partir da Barragem de Pedras Altas;
- ampliar a oferta nos sistemas existentes, operados ou não pela Embasa, ampliando a capacidade daqueles que já estejam em final de plano de projeto;
- implantar sistemas nas centenas de povoados e vilas ainda sem abastecimento, equacionando a prestação destes serviços pela Embasa, pela Cerb, por municípios, por consórcios públicos e/ou por centrais e associações;
- implantar um programa de racionalização do uso da água replicando o Projeto COM+ÁGUA, implementado pelo Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, por meio do Programa de Modernização do Setor Saneamento – PMSS, no SAA de Ilhéus, em mais sistemas de abastecimento de água do Estado;
- equacionar recursos complementares para os projetos e obras de abastecimento de água do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/Funasa programados até 2010; e,
- realizar estudo de alternativas de distribuição, para dessedentação humana, de água potável em vasilhames nas áreas críticas no Semi-Árido.

b) Esgotamento sanitário

- rever o Plano Diretor de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Salvador – RMS e Litoral Norte, considerando que o acréscimo de população do novo Plano Diretor Urbano de Salvador poderá requerer uma nova destinação dos esgotos para o município de Lauro de Freitas;

- implantar as obras previstas no PAC, avaliando e atualizando as possíveis alternativas de soluções tecnológicas de tratamento e destinação dos esgotos, inclusive reúso de efluentes;
- equacionar recursos complementares para os projetos e obras de esgotamento sanitário do PAC/Funasa programados até 2010;
- ampliar os sistemas existentes, operados ou não pela Embasa, ampliando a capacidade daqueles que já estão em final de plano de projeto; e,
- implantar novos sistemas de esgotamento sanitário com soluções tecnológicas adequadas e ênfase no reúso.

c) Manejo de águas pluviais e esgotos urbanos

- elaborar o Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário Urbano, iniciando uma equação para enfrentar o problema do lançamento de esgotos nas redes de drenagem da maioria das cidades baianas, hierarquizando as prioridades em função da saúde pública, da degradação ambiental e da ocorrência de enchentes; e
- realizar estudos, projetos e implementação de soluções de reúso em sistemas mistos – unitário e separador – de esgotos no Semi-árido, com tratamento em tempo seco.

d) Resíduos sólidos

- elaborar o Plano Estadual de Resíduos Sólidos; e
- elaborar os Planos Regionais e Projetos de Destinação Final com gestão associada.

e) Modelo institucional

- definir um modelo institucional que equacione as questões de planejamento, fiscalização, regulação, prestação dos serviços e controle social segundo a Lei de Saneamento (nº 11.445/07) e promova o desenvolvimento regionalizado preconizado pelo Governo Estadual, aproveitando a Lei de Consórcios Públicos (nº 11.107/05) e em paralelo às ações do PAC; e
- definir uma estratégia e uma metodologia clara para implementação dos primeiros consórcios públicos no Estado.

A Embasa, Cerb, Conder e CAR:

- definir quais os órgãos do Estado serão responsáveis pelo encaminhamento e atendimento de cada faixa de demanda de solicitações de apoio aos municípios, caracterizada como saneamento urbano



Primeiro ano do Água para Todos



Sistema Integrado de Abastecimento de Água

Manu Dias / Agecom

(prestação modelo: Embasa e Sistema Autônomo de Águas e Esgoto – SAAE) ou saneamento rural (prestação por centrais, associações ou prefeituras) inclusive o papel na gestão e na implementação de obras pelos órgãos do Estado – SEDUR/Embasa e Conder, SEMA/Cerb, SEDIR/CAR, e pelas prefeituras;

- avaliar, de forma estratificada, o universo potencial das demandas do Programa Água para Todos e equacionar as ações pós-implantação dos sistemas com modelos de gestão; e
- integrar os programas de cisternas e poços às soluções de sobrevivência com tecnologias adequadas de agricultura familiar.

Estes grandes desafios estão sendo enfrentados com os programas apresentados a seguir:

PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS

O Programa visa a articulação dos processos de planejamento, execução, monitoramento e controle social das intervenções públicas nas quais o abastecimento de água constitua o vetor de maior relevância. Objetiva, também, ampliar e reforçar a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida nas ações relacionadas ao abastecimento de água.

A gestão do Programa cabe a um Colegiado Institucional de Coordenação composto pela SEMA (coordenação), Secretaria do Planejamento – SEPLAN, SEDUR, Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR, e Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES e um Comitê Gestor formado pela Cerb (coordenação), Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá, Instituto de Meio Ambiente – IMA, CAR, Embasa e Conder. Comporta três linhas de ação: Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Saneamento Integrado, executadas por quatro Secretarias: SEMA, SEDIR, SEDUR e SEDES, por intermédio de seus órgãos, Cerb, CAR, Embasa e Conder.

Na linha de ação Abastecimento de Água, o Governo do Estado aplicou, em 2008, recursos da ordem de R\$ 187 milhões na execução de cisternas, poços, barragens, ligações de água e construção, recuperação e ampliação de sistemas em vários municípios, beneficiando uma população de mais de 706 mil habitantes.

Os recursos aplicados pelo Governo, neste período, na linha de ação de Esgotamento Sanitário, foram em torno de R\$ 17,5 milhões e a população beneficiada atingiu 241.827 habitantes, entre Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES, Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSD e Ligações de Esgoto. Neste mesmo período, 114 municípios foram beneficiados.



Construção Cisterna – Irecê

SEDES



Sistema Integrado de Abastecimento de Água – Oeste

Manu Dias / Agecom

No que se refere ao Saneamento Integrado – SI, cinco municípios foram atendidos, beneficiando 10,8 mil habitantes, num montante de R\$ 59,5 milhões.

As três ações totalizaram aproximadamente R\$ 264 milhões aplicados pelo Estado da Bahia, conforme demonstram as Tabelas 10, 11 e 12.

OBRAS SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – SAA CONCLUÍDAS EM 2008

As obras do Sistema de Abastecimento de Água – SAA, concluídas em 2008, beneficiam os municípios de Salvador, Araci, Riacho de Santana, Santana, Canápolis, Brejolândia, Serra Dourada e Tabocas

do Brejo Velho. Executadas pelo Estado, através da SEDUR/Embasa/Cerb, as obras representam investimento de R\$ 55,2 milhões, aplicados na implantação de 7.236 ligações, com a construção 141km de rede de distribuição, beneficiando 158.356 habitantes, ver Tabela 13.

RELAÇÃO DAS OBRAS DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COM CONTRATOS VIGENTES EM 2008

Em relação aos contratos vigentes, tem-se o total de R\$ 132 milhões, com uma população beneficiada com mais de 813 mil habitantes, conforme a Tabela 14.

Tabela 10

ABASTECIMENTO DE ÁGUA – OBRAS EXECUTADAS – PAT BAHIA, 2008

Em R\$ 1.000,00					
EMPREENHIMENTO	QTD.	ORGÃO EXECUTOR	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	INVESTIMENTO
Poço perfurado	746	Car/Cerb/Embasa	194		15.189
Sistema construído	583	Car/Cerb/Embasa	180	114.160	47.445
Sistema ampliado/recuperado	237	Car/Cerb/Embasa	134	72.051	95.014
Cisterna	14.554	Car/SEDES	127	55.302	28.395
Barragem	13	Car	9	6.122	1.067
Ligação de água	106.986	Embasa		458.604	
TOTAL				706.239	187.110

Fonte: Colegiado Institucional de Coordenação do PAT

Tabela 11

ESGOTAMENTO SANITÁRIO – OBRAS EXECUTADAS – PAT BAHIA, 2008

Em R\$ 1.000,00					
EMPREENHIMENTO	QTD.	ORGÃO EXECUTOR	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	INVESTIMENTO
Sistema de Esgotamento Sanitário	15	Cerb/Embasa	4	3.802	5.430
Melhoria Sanitária Domiciliar	4.857	Car/Cerb	110	18.459	12.034
Ligação de Esgoto	41.526	Embasa		219.566	
TOTAL				241.827	17.464

Fonte: Colegiado Institucional de Coordenação do PAT

Tabela 12

SANEAMENTO INTEGRADO – OBRAS EXECUTADAS – PAT BAHIA, 2008

Em R\$ 1.000,00					
EMPREENHIMENTO	QTD.	ORGÃO EXECUTOR	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	INVESTIMENTO
Saneamento Integrado	57	Car/Conder	5	10.815	59.483
TOTAL				10.815	59.483

Fonte: Colegiado Institucional de Coordenação do PAT

Tabela 13

**OBRAS CONCLUÍDAS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
BAHIA, 2008**

MUNICÍPIO/LOCALIDADE	FONTE DE RECURSOS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	Em R\$ 1.000,00
			INVESTIMENTO
Araci	Pró-Saneamento	15.000	5.300
Riacho de Santana	Pró-Saneamento	16.580	10.700
Salvador/Lauro de Freitas/Bonfim/São Caetano/Águas Claras	Recursos Próprios Embasa	89.000	3.000
Santana, Canápolis, Brejolândia, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho	Proágua	37.776	36.200
TOTAL		158.356	55.200

Fonte: SEDUR/Embasa/SEMA/Cerb

Tabela 14

**OBRAS EM ANDAMENTO SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
BAHIA, 2008**

MUNICÍPIO/LOCALIDADE	FONTE DE RECURSOS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	Em R\$ 1.000,00
			INVESTIMENTO
Aduara do Feijão – América Dourada/Mirorós/Lagoa Grande/Canarana/ Aguada Nova/Jussara/Presidente Dutra/Barra do Mendes/Central	Proágua	55.000	27.600
Antônio Gonçalves – Caldeirão do Mulato/Jibóia/Barra/Brejo do Coelho/ Carminha/Santana/Poço D'água/Macaco Atravessado/Favela/Conceição/São João	Royalties	9.000	2.900
Belo Campo	Pró-Saneamento	4.397	7.800
Cristalândia – Brumado/Itaçu/Rio de Contas	Pró-Saneamento	121.411	28.000
Feira de Santana – Conceição da Feira/São Gonçalo dos Campos/ Tanquinho da Feira/Santa Bárbara	Pró-Saneamento	473.931	11.700
Guanambi	Codevasf	91.381	9.100
Igaporã/Matina	Pró-Saneamento	12.000	11.000
Mucugê	Pró-Saneamento	6.000	2.900
Palmeiras	Pró-Saneamento	4.044	1.800
Planaltino/Campinhos	Pró-Saneamento	1.382	1.600
Planalto/Barra do Choça	Proágua	26.528	23.700
Rio do Pires	Pró-Saneamento	4.819	2.000
Tanhaçu	Pró-Saneamento	3.354	2.300
TOTAL		813.247	132.400

Fonte: SEDUR/Embasa/SEMA/Cerb



Barragem Cristalândia

SEDUR

Tabela 15

OBRAS EM ANDAMENTO – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – PAC BAHIA, 2008 – 2011

LOCALIDADE	OBJETO	Em R\$ 1.000,00	
		POPULAÇÃO BENEFICIÁDA	INVESTIMENTO
SIAA Salvador – Água Lote 5 – controle de vazões	Implantação das estruturas de controle da ETA Principal do SIAA de Salvador	3.300.000	8.542
SIAA Salvador – Água Lote 7 – distribuição Jardim Platã	Ampliação da rede de distribuição de água do Loteamento Jardim Platã, parte do SIAA de Salvador.	13.000	941
SIAA Salvador – Água Lote 8 – distribuição Ilha dos Frades	Implantação do SAA	1.334	2.244
TOTAL		3.314.334	11.727

Fonte: SEDIUR/Embasa

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Visando a ampliação dos serviços de abastecimento de água, o Governo envidou esforços na solução das cláusulas suspensivas relativas à Licenciamento Ambiental e Regularidade Fundiária para efetivação do processo de seleção e contratação dos projetos e licitações das obras dos Sistemas de Abastecimento de Água – SAA pela CAIXA.

OBRAS EM ANDAMENTO

Os 16 projetos do programa em ampliações e implantações de SAA perfazem um total de R\$ 147,3 milhões. Destes, três contam com as obras iniciadas, cujo investimento é de R\$ 11,73 milhões, conforme Tabela 15.

PAC/FUNASA – SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A Funasa, em uso das suas atribuições, delimitou sua ação de atendimento no exercício de 2008, através das Portarias nº 55 e nº 56, de 11 de janeiro de 2008, promovendo nova convocação dos municípios selecionados para apresentação de projetos técnicos e/ou complementação da documentação mínima para seleção e efetivação dos convênios.

O Estado gerenciou os trabalhos junto à Funasa e aos municípios, de modo a abranger o maior número de projetos nos prazos determinados nas referidas portarias. Assim, foram encaminhados à Funasa 37 projetos e elementos complementares de sistemas de diversos municípios. Dos projetos encaminhados, 27 foram selecionados no primeiro semestre de 2008 para assinatura de convênio, conforme a Tabela 16.

No segundo semestre de 2008, foram acelerados os trabalhos de execução e ajustes dos projetos para efetivação dos convênios selecionados em 2007/2008, gerando os resultados conforme a Tabela 17.

OUTROS SERVIÇOS – SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA SUPERVISÃO TÉCNICA DAS AÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

No ano de 2008 foram retomadas as seguintes obras com alterações de metas dos sistemas listados no Quadro 1.

Tabela 16

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – PROJETOS SELECIONADOS – PAC/FUNASA BAHIA, 2008

MUNICÍPIO	Em R\$ 1.000,00		
	DOTAÇÃO FUNASA	CONTRAPARTIDA	TOTAL
Andaraí	1.100	122	1.222
Banzaê	350	39	389
Boa Nova	400	44	444
Cândido Sales	1.300	144	1.444
Castro Alves	500	56	556
Coronel João Sá	500	56	556
Guajeru	350	175	525
Encruzilhada	500	56	556
Ibirapuã	400	44	444
Itiruçu	1.450	161	1.611
Jacaraci	500	56	556
Jussiapé	400	224	624
Laje	550	61	611
Lençóis	350	39	389
Maetinga	350	39	389
Muquém de São Francisco	350	39	389
Muritiba	1.400	156	1.556
Nazaré	1.750	194	1.944
Pau Brasil	600	67	667
Pedro Alexandre	350	39	389
Piritiba	1.050	117	1.167
Planaltino	500	56	556
Retirolândia	700	78	778
Riacho de Santana	650	72	722
Ribeirão do Largo	400	44	444
São José da Vitória	500	56	556
Sátiro Dias	350	476	826
TOTAL	17.600	2.709	20.309

Fonte: SEDUR/Embasa

Tabela 17

**SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – SITUAÇÃO DOS PROJETOS SELECIONADOS
BAHIA, 2007 – 2008**

			Em R\$ 1.000,00
MUNICÍPIO	LOCALIDADE	SITUAÇÃO DOS PROJETOS	TOTAL DA DOTAÇÃO
Andaraí	Itaguaçu	Projeto incompleto fornecido pelo Município	1.222
Banzaê	Sede	Projeto em andamento	389
Boa Nova	Sede	Projeto em andamento	444
Cândido Sales	Quaraçu, Lagoa do Timóteo, Lagoa Grande e Boi Bravo	Projeto incompleto fornecido pelo Município	1.444
Castro Alves	Petim e Salgado	Projeto incompleto fornecido pelo Município, sendo contratada complementação	556
Coronel João Sá	Sede	Projeto em andamento	556
Guajeru	Sede	Projeto em andamento	525
Encruzilhada	Boa Vista da Tapera	Projeto incompleto fornecido pelo Município, sendo contratada complementação	556
Ibirapuã	Sede	Projeto em andamento	444
Itambé	Catolezinho	Projeto concluído	1.556
Itiruçu	Teixeira, Tiririca/Lagoa dos Laços/Eucalipto, Miranda, Baciso do Meio e Vila Pimentel	Projeto sendo contratado	1.611
Jacaraci	Boa Sorte, Itumirim, Bomba e Periperi	Projeto sendo contratado	556
Jussiape	Sede	Projeto contratada revisão	624
Laje	Tourinho	Projeto sendo contratado	611
Lençóis	Riachãozinho, Cachoeira, Água Boa, Assentamento Boqueirão, Luna, Seguro e São José	Projeto incompleto fornecido pelo Município	389
Macaúbas	Santa Terezinha, Polônia e Nova Esperança	Projeto sendo Contratado	778
Maetinga	Sede	Projeto em andamento	389
Muquém do São Francisco	Povoado de Pedrinhas	Projeto incompleto fornecido pelo Município	389
Muritiba	Sede	O projeto encaminhado para Funasa já dispõe de recurso para executá-lo. A SEDUR solicitou da Prefeitura indicar qual a localidade para investir a dotação	1.556
Nazaré	Sede	Projeto contratado	1.944
Pau Brasil	Pau de Ferro, Jundiá e Teimoso	Projeto incompleto fornecido pelo Município	667
Pedro Alexandre		O projeto encaminhado para Funasa já dispõe de verba para execução. A SEDUR solicitou da Prefeitura indicar outra localidade para investir a verba	389
Piritiba	Sede	Projeto incompleto	1.167
Planaltino	Sede	O projeto encaminhado para Funasa tem o valor mínimo para execução da obra ultrapassando o valor disponibilizado. A SEDUR solicitou da Prefeitura indicar outra localidade para investir a dotação	556
Retirolândia	Lagoa Grande e Vagem	Projeto sendo contratado	778
Riacho de Santana	Povoado de Agreste	Encaminhando projeto para análise da Embasa	722
Ribeirão do Largo	Capinarana	Projeto sendo revisado pela Cerb	444
São José da Vitória	Sede	Projeto sendo contratado	556
Sátiro Dias	Sede	Projeto sendo contratado	826
TOTAL			22.642

Fonte: SEDUR/Embasa

Quadro 1

**APRECIÇÃO DE METAS DE CONTRATOS
– SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
BAHIA, 2008**
SISTEMA

Barragem e SIAA Mulungu do Morro e Souto Soares
SAA de Palmeiras
Barragem e SIAA de Igaporá/Matina
SAA de Tanhaçu
SAA de Belo Campo
SIAA de Licínio de Almeida/Tauape
SAA – Projetos em Diversas Localidades

Fonte: SEDUR/Embasa



Belo Campo – Adutora de Água Tratada

SEDUR

Proposição de estudos e projetos de abastecimento de água:

- a) levantamento das ocorrências de ingestão de água fora dos padrões de potabilidade em sistemas de abastecimento de água operados pela concessionária estadual e serviços municipais, além da estimativa das demandas de água potável para dessedentação humana nestes sistemas. Estudo de viabilidade para a implantação de Fábrica (poço) e Distribuidora da Água Mineral Paulo Jackson, com distribuição gratuita nos domicílios onde a água abastecida não atende a padrões de potabilidade;
- b) revisão e atualização do Plano Diretor de Abastecimento de Água de Salvador, com ênfase na gestão integrada dos mananciais dos rios Paraguaçu, Joanes, Jacuípe e Pojuca. Estudo de viabilidade da integração Pojuca x Jacuípe e possível ampliação da adução existente Jacuípe x Joanes;
- c) novas alternativas de aproveitamento hídrico da Adutora da Mineradora Caraíba, priorizando o abastecimento de água e a sustentabilidade das populações da região;
- d) revisão e atualização do EIA/RIMA da Barragem do Rio Colônia, visando o atendimento das demandas de abastecimento de municípios da região cacauaieira;
- e) estudos de viabilidade técnico-econômica e de sustentabilidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para três cenários de regionalização integral e planejada no Estado da Bahia, utilizando a gestão associada e contratos de programa por consórcio;
- f) atualização e revisão de projetos de ampliação de unidades de sistemas de abastecimento de água bruta com mananciais superficiais da RMS, visando inclusão no PAC 2008 – Embasa;
- g) atualização e revisão de projetos de ampliação de unidades de sistemas de abastecimento de água bruta com mananciais subterrâneos da RMS, visando inclusão no PAC 2008 – Embasa;
- h) atualização e revisão de projetos de ampliação de unidades de tratamento, reservação e distribuição de sistemas de saneamento na RMS visando inclusão no PAC 2008 – Embasa;

- i) revisão e atualização de projetos de ampliação de sistemas de abastecimento de água de cidades do interior com mais de 50 mil habitantes visando inclusão no PAC 2008, a serem priorizados pela SEDUR e Embasa; e,
- j) revisão e atualização de projetos de ampliação de sistemas de abastecimento de água de cidades do interior com menos de 5 mil habitantes, visando inclusão no PAC 2008, a serem priorizados pelo Governo do Estado.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A Embasa opera 70 sistemas de esgotamento sanitário, atendendo a 72 localidades, sendo 65 na zona urbana e sete na zona rural. Foram implantadas em 2008, em torno de 33 mil ligações de esgoto, ampliando esse serviço para mais 176 mil pessoas.

Foram investidos na ampliação dos serviços de esgotamento sanitário, em todo o Estado, cerca de R\$ 27 milhões provenientes das diversas fontes de recursos.

OBRAS DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – SES – CONCLUÍDAS EM 2008

Referente aos SES, os municípios de Salvador, Camacan, e localidade de Porto Sauípe tiveram, em 2008, o aporte de R\$ 12,3 milhões



Estação de Tratamento de Esgoto – Camacan

Tabela 18

OBRAS CONCLUÍDAS DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO BAHIA, 2008

LOCALIDADE	FONTE DE RECURSOS	POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA	Em R\$ 1.000,00 RECURSOS APLICADOS
Camacan	Pró-Saneamento	30.000	5.500
Porto de Sauípe	Royalties	615	1.300
Salvador/Bacia do Saboeiro/Bacia do Cobre	Funasa/Royalties	14.615	5.500
TOTAL		45.230	12.300

Fonte: SEDUR/Embasa

com uma rede coletora de 74,4km e com mais de 45 mil habitantes beneficiados, conforme Tabela 18.

RELAÇÃO DAS OBRAS DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO COM CONTRATOS VIGENTES EM 2008

As obras com contratos vigentes em 2008, referentes a sistema de esgotamento sanitário, totalizaram R\$ 85 milhões de investimentos, 33.461 ligações, beneficiando uma população de 165.866 habitantes, ver Tabela 19.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC – AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

OBRAS EM ANDAMENTO DO PAC – SES

Visando a ampliação dos serviços de esgotamento sanitário, o Governo envidou esforços na solução das cláusulas suspensivas relativas à Licenciamento Ambiental e Regularidade Fundiária para efetivação do processo de seleção e contratação dos projetos e licitações das obras dos Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES pela Caixa.

Dos 33 projetos de SES, 19 contam com as obras iniciadas. O investimento do programa em ampliações e implantações de Obras de Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES do PAC Bahia em 2008 – 2011 perfaz um valor total de R\$ 439,1 milhões, vide Tabela 20.



Rio de Contas – Assentamento de Rede Coletora



Bacia do Jacuípe – Assentamento de Tubulação

Tabela 19

OBRAS EM ANDAMENTO – SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO BAHIA, 2008

MUNICÍPIO/LOCALIDADE	FONTE DE RECURSOS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	Em R\$ 1.000,00
			INVESTIMENTO
Canavieiras	Recursos Próprios	36.000	56
Comandatuba/Una	<i>Royalties</i>	1.000	105
Euclides da Cunha	Recursos Próprios	23.094	7.300
Ipiaú	Pró-Saneamento	18.911	12.300
Jaguaquara	Pró-Saneamento	32.361	12.700
Litoral Norte – Guarajuba/Monte Gordo/Barra do Jacuípe/ Barra do Pojuca/Itacimirim/Praia do Forte/Imbassai/Açuzinho/ Açu da Torre/Campinas/Malhadas/Barro Branco/Empreendimentos Hoteleiros: Iberostar/Vila Galé/Reta Atlântico	Recursos Próprios	30.620	32.000
Palmeiras	Pró-Saneamento	4.044	3.900
Rio de Contas	Pró-Saneamento	3.736	5.600
Santa Maria da Vitória	Pró-Saneamento	10.000	6.000
Serra Grande/Uruçuca	Pró-Saneamento	2.300	2.200
Taboquinhas/Itacaré	Pró-Saneamento	3.800	2.900
TOTAL		165.866	85.061

Fonte: SEDUR/Embasa

Tabela 20

**INVESTIMENTOS EM OBRAS DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PAC
BAHIA, 2008 – 2011**

		Em R\$ 1.000,00	
LOCALIDADE	OBJETO	POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA	INVESTIMENTO
Camaçari	Ampliação do SES	64.733	64.363
Candeias	Ampliação do SES	45.535	39.452
Cruz das Almas	Ampliação do SES	28.017	32.660
Feira de Santana – Bacia do Jacuípe	Ampliação do SES de Feira de Santana – Bacia do Jacuípe	85.489	57.769
Ilha de Bom Jesus dos Passos	Implantação do SES	2.402	3.358
Ilha dos Frades	Implantação do SES	1.930	3.919
Paulo Afonso	Ampliação do SES de Paulo Afonso.	67.693	59.846
Salvador – Adensamento Aratu – Macaco	Ampliação do SES de Salvador dos Subistemas: Lote 1 – Camarogibe, Lote 2 – Camarogibe, Lote 3 – Camarogibe, Subúrbios e Comércio, Lote 4 – Pituçu e Jaguaribe.	147.033	29.480
Vera Cruz – Barra do Gil/ Barra do Pote/Conceição/Coroa/ Barra Grande	Ampliação do SES	39.053	37.453
Feira de Santana – Bacia do Subaé	Ampliação do SES de Feira de Santana – Bacia do Subaé	31.008	34.494
Itaparica	Ampliação do SES	3.846	7.860
Madre de Deus	Ampliação do SES	7.790	5.800
Maragogipe	Ampliação do SES de Maragogipe (sede) e localidades.	7.209	11.828
Muritiba	Ampliação do SES	16.082	11.709
Santo Amaro	Ampliação do SES	22.040	8.809
São Félix	Ampliação do SES	4.176	1.656
Teixeira de Freitas	Ampliação do SES	5.700	10.725
Tucano	Implantação do SES	11.753	8.295
Jequié	Ampliação do SES	9.553	9.652
TOTAL		601.042	439.128

Fonte: SEDUR/Embasa

**PAC/FUNASA – SISTEMAS
DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

Para efetivação de convênios de Sistemas de Esgotamento Sanitário com vários municípios, a Funasa solicitou, através das portarias nº 55 e nº 56, de 11 de janeiro de 2008, a apresentação dos projetos técnicos e/ou complementação da documentação com vista ao preenchimento dos requisitos mínimos. Dos 28 projetos encaminhados pelo Governo do Estado à Funasa, foram selecionados 15 para assinatura de convênio, conforme Tabela 21.

Foram acelerados os trabalhos de execução e ajustes dos projetos para efetivação dos convênios selecionados em 2008, conforme a Tabela 22.

**OUTROS SERVIÇOS –
SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

Foi realizada ainda a supervisão dos estudos e projetos abaixo relacionados junto à consultoria contratada, sendo realizados os seguintes trabalhos:

Tabela 21

**SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO –
PAC/FUNASA – PROJETOS SELECIONADOS
BAHIA, 2008**

Em R\$ 1.000,00			
MUNICÍPIO/ LOCALIDADE	DOTAÇÃO FUNASA	CONTRAPARTIDA	TOTAL
Andaraí	3.750	417	4.167
Camacan	3.400	378	3.778
Canavieiras	5.800	644	6.444
Ibirapua	1.200	133	1.333
Itaju do Colônia	2.200	244	2.444
Itajuípe	3.350	372	3.722
Itapitanga	1.900	211	2.111
Muritiba	3.800	422	4.222
Nazaré	3.500	389	3.889
Pau Brasil – Pau de Ferro/ Jundiá/Teimoso	2.200	244	2.444
Piritiba	3.100	344	3.444
São José da Vitória	2.300	256	2.556
Santa Luzia	2.500	278	2.778
Ubaitaba	3.650	406	4.056
Utinga	4.300	478	4.778
TOTAL	46.950	5.217	52.167

Fonte: SEDUR/Embasa

Tabela 22

SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PAC/FUNASA – SITUAÇÃO DOS PROJETOS SELECIONADOS BAHIA, 2008

MUNICÍPIO (SEDE)	SITUAÇÃO DO PROJETO	Em R\$ 1.000,00
		TOTAL DA DOTAÇÃO
Andaraí	Projeto Concluído – faltam declarações, licenças e documentos de posse das áreas	4.167
Camacan	Projeto Concluído – faltam declarações, licenças e documentos de posse das áreas	3.778
Canavieiras	Projeto Concluído – faltam declarações, licenças e documentos de posse das áreas	6.444
Ibirapuã	Projeto em fase de Contratação	1.333
Itagi	Projeto concluído – fazendo retificações solicitadas pela FUNASA	2.889
Itaju do Colônia	Projeto Concluído – faltam declarações, licenças e documentos de posse das áreas	2.444
Itajuípe	Projeto sendo Contratado	3.722
Itapitanga	Projeto sendo Contratado	2.111
Macaúbas	Encaminhado para análise da Embasa	4.444
Maracás	Projeto Concluído – faltam redefinição da ETE, declarações, licenças e documentos de posse das áreas	4.889
Muritiba	Recurso PAC/PPI – em análise na Embasa – parte da obra será com recurso Funasa	4.222
Nazaré	Projeto contratado	3.889
Nova Viçosa	Projeto concluído – fazendo retificações solicitadas pela Funasa	5.333
Pau Brasil	Projeto Contratado	2.444
Piritiba	Projeto em andamento	3.444
São José da Vitória	Projeto em andamento	2.556
Santa Luzia	Projeto em andamento	2.778
Ubaitaba	Projeto em fase de Contratação	4.056
Utinga	Projeto em andamento	4.778
TOTAL		69.722

Fonte: SEDUR/Embasa

- Estudo Preliminar de Disposição Final dos Esgotos de Simões Filho, Camaçari, Dias d'Ávila e Mata de São João – concluído; e,
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Pintadas – em elaboração.

Em atendimento à demanda de solicitação dos municípios não contemplados pelo PAC/Funasa foi desenvolvida, neste período, documentação necessária para execução de Carta Convite para Elaboração de Projeto de Esgotamento Sanitário Parcial dos municípios de Capela do Alto Alegre e Entre Rios.

Supervisão técnica das ações de esgotamento sanitário

Nos dois semestres foram retomadas as seguintes obras com alterações de metas dos seguintes sistemas:

Proposição de estudos e projetos prioritários de esgotamento sanitário:

- atualização de projetos para implantação dos sistemas de esgotamento sanitário da RMS, visando inclusão no PAC 2008 – Embasa;
- atualização de projetos para implantação dos sistemas de esgotamento sanitário das cidades do interior com mais de 50 mil habitantes, visando inclusão no PAC 2008, a serem priorizados pela SEDUR e Embasa;
- atualização de projetos para implantação dos sistemas de esgotamento sanitário das cidades do interior com menos de 50 mil

habitantes, visando inclusão no PAC 2008, a serem priorizados pela SEDUR e Embasa;

- projetos de sistemas de esgotamento sanitário empregando o sistema unitário racionalizado com tratamento em tempo seco para cidades de pequeno e médio porte na região Semi-árida do Estado da Bahia;
- projeto-piloto de destinação e reuso de dejetos em comunidade rural na região Semi-árida do Estado da Bahia, construção de cisternas de telhado para a dessedentação humana e utilização de cisternas enterradas com captação no solo para a agricultura familiar por gotejamento; e,
- estudos de revisão do contrato do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe, considerando a possibilidade de inclusão da primeira e/ou segunda etapa do interceptor da Paralela, visando o atendimento de novas bacias de esgotamento sanitário ao longo da vigência do contrato.

LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ESTUDO DE REGIONALIZAÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DA BAHIA E PLANO REGIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A SEDUR e o Ministério do Meio Ambiente – MMA assinaram, em 28 de dezembro de 2007, o Convênio nº. 00002/2007, publicado

no Diário Oficial da União em 02 de janeiro de 2008, para execução de serviços relativos a resíduos sólidos. Com vigência até 31 de maio de 2009, os recursos disponibilizados para execução são de R\$ 1 milhão, sendo R\$ 600 mil oriundos da União e R\$ 400 mil do Estado. Ressalta-se que a Bahia foi o primeiro Estado do país a assinar esse tipo de acordo com o MMA, visto que convênios semelhantes também foram posteriormente assinados com os demais Estados inseridos na Bacia Hidrográfica do São Francisco e com outros Estados da federação.

A elaboração dos estudos propostos contempla três metas básicas:

- META I – Estudo de Regionalização da Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos para o Estado da Bahia;
- META II – Plano Regional de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos para os Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; e,
- META III – Apoio à Formação e Institucionalização de Consórcios Públicos.

Vale salientar que para a META III está sendo proposta a formação e implantação de Consórcios Públicos de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano para a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, especificamente na região de Juazeiro e de Irecê.

Para a região de Juazeiro, composta por oito municípios, foram empenhados recursos na ordem de R\$ 2,5 milhões pela Funasa/Ministério da Saúde para firmar convênio com a SEDUR, visando a implantação de laboratório de controle da qualidade da água para consumo humano e construção da sede do referido consórcio.

Em relação à região de Irecê, iniciaram-se ações para constituição do consórcio entre os municípios e o Governo do Estado, com o apoio da SEDUR.

A região do consórcio de Irecê está integralmente na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e é constituída por 18 municípios. É importante ressaltar que o Município de Irecê sediará uma central convencional de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos, composta por: unidade de compostagem, unidade de Resíduos da Construção e Demolição – RCD, vala séptica para Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, unidade de aterro sanitário. Esta central atenderá a oito municípios: Irecê, Lapão, Jussara, São Gabriel, João Dourado, Presidente Dutra, Uibaí e Central. Os recursos para a construção da central são originários da Codevasf e o processo li-

citatório para contratação da obra encontra-se em andamento, com as propostas técnicas e financeiras em análise na Prefeitura Municipal de Irecê e na Codevasf.

Para acompanhamento deste trabalho, o MMA solicitou a constituição de um Grupo de Trabalho – GT interinstitucional com interfaces ao objetivo do convênio. O GT será composto pelos seguintes órgãos: SEDUR, Conder, Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, Ima, Ingá, SETRE, SEPLAN, UPB, Caixa Econômica Federal – Caixa, ConCidades – Bahia/Câmara Técnica de Saneamento Básico e Ambiental.

Estudos preliminares solicitados pelo MMA

Para garantir recursos destinados à área de resíduos sólidos, em especial para obras de encerramento de lixões, de requalificação de aterros sanitários, de centrais de tratamento e disposição de resíduos sólidos urbanos simplificados e convencionais, manejo de resíduos da construção civil, coleta seletiva, programas de inserção social de catadores na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, em dezembro de 2007, o MMA solicitou ao Governo do Estado da Bahia a elaboração de estudos preliminares contendo a concepção de arranjos regionalizados para soluções integradas, com as respectivas estimativas de custos de investimentos.

Tais estimativas ficaram na ordem de R\$ 17,9 milhões, para serem aplicados, prioritariamente, nos municípios do Consórcio Público de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano da região de Irecê e nos municípios da região de Juazeiro, com obras na área de resíduos sólidos.

PLANEJAMENTO E INFRA-ESTRUTURA PARA RESÍDUOS SÓLIDOS NA CHAPADA DIAMANTINA

A estratégia do Governo do Estado é ampliar as ações integradas para outras regiões da Bahia, planejando melhor a política traçada para o setor de resíduos sólidos, em articulação com outros órgãos governamentais, evitando gastos irracionais com intervenções pontuais e isoladas, sem resolver o problema na sua totalidade. Neste sentido, foi definido que a Chapada Diamantina será a próxima região a ser contemplada com um Plano Regional de Saneamento – Componente Resíduos Sólidos, incluindo a formação e implantação de um consórcio público de gestão integrada de desenvolvimento urbano, para os municípios interessados em participar, e um programa de capacitação voltado para as questões de resíduos sólidos e consórcios públicos.

O plano contemplará 38 municípios integrantes da Região de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano da Chapada Diamantina, agregando uma população total de 664.650 habitantes. Os municípios da região são os seguintes: Abaíra, Andaraí, América Dourada, Baixa Grande, Barra da Estiva, Boa Vista do Tupim, Boninal, Bonito, Cafarnaum, Iaçú, Ibicoara, Ibitiara, Ibiquera, Iraquara, Iramaia, Itaetê, Itaberaba, Jussiapé, Lajedinho, Lençóis, Macajuba, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Mulungu do Morro, Mundo Novo, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Piritiba, Rio de Contas, Ruy Barbosa, Seabra, Souto Soares, Tapiramutá, Utinga e Wagner. Esta composição de municípios foi definida a partir dos estudos realizados para definição dos cenários de regionalização dos serviços de saneamento.

Tendo em vista a estratégia de formação do consórcio público na região da Chapada Diamantina, diversos municípios terão seus pleitos atendidos relativos à elaboração de projetos de destinos finais sob a diretriz de arranjos regionais possíveis de compartilhamento.

O Programa Nascentes do Paraguaçu é acompanhado pela Conder e IMA, que integram a Comissão Gestora de Resíduos Sólidos dos municípios de Lençóis, Palmeiras e Ibicoara. Atendendo à solicitação desta Comissão e dos três municípios, serão construídos os aterros sanitários previstos nos respectivos Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

O projeto Avaliação Regional da Gestão de Resíduos Sólidos do Circuito do Diamante – Pólo Chapada Diamantina encontra-se em elaboração em uma perspectiva de sustentabilidade técnica, econômica, ambiental e administrativa, e que envolve nove municípios: Andaraí, Ibicoara, Iraquara, Itaetê, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras e Seabra.

CENTRAL DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE CIPÓ E PLANO REGIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Será elaborado o projeto executivo do aterro sanitário de pequeno porte (central de tratamento e disposição final de resíduos sólidos) no município de Cipó – que poderá ser compartilhado com os municípios de Nova Soure e Ribeira do Amparo – providenciando também o processo de licenciamento ambiental, e um Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para os três municípios, como

suporte para o planejamento, organização e operação do equipamento, tendo em vista convênio firmado com a Funasa no valor de R\$ 463 mil.

BAIXO SUL – GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Estudos de Viabilidade Econômica para Compartilhamento da Operação de Aterros do Baixo Sul do Estado da Bahia vêm sendo realizados, visando desenvolver soluções conjuntas e sustentáveis para os aterros existentes e a serem implantados na região Baixo Sul, onde os municípios possuem Termos de Ajustamento de Conduta – TAC, emitidos pelo Ministério Público Estadual, com relação aos destinos finais de resíduos sólidos (lixões). Estes estudos incluem programa de educação ambiental para os municípios de Cairu, Maraú, Camamu e Valença, que compõem o Pólo Turístico da Costa do Dendê.

VISITAS TÉCNICAS

Vêm sendo adotadas algumas práticas importantes no processo de capacitação, que são as visitas técnicas aos projetos bem-sucedidos na área de resíduos sólidos, principalmente de destinação final, reciclagem e consórcios públicos. O subsídio técnico resultante destas práticas é principalmente o conhecimento de novas tecnologias que vêm sendo adotadas na área operacional dos destinos finais dos resíduos sólidos urbanos, como também a gestão associada por meio de consórcios públicos. Neste sentido, foram realizadas as seguintes visitas técnicas:

- Aterro Sanitário de Cruz das Almas;
- Aterro Sanitário de Muritiba;
- Aterro Sanitário de Feira de Santana;
- Aterro Metropolitano Centro, na cidade de Salvador;
- Consórcio Público de Saneamento da Bacia Hidrográfica do Prio dos Sinos, no Rio Grande do Sul;
- Fábrica de reciclagem de borracha da Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana – FAMFS; e,
- Consórcios públicos, autoridades locais, aterros sanitários e unidades de compostagem na Região do Piemonte, Itália.

PROGRAMA DE COLETA SELETIVA EM PRÉDIOS PÚBLICOS – RECICLE JÁ BAHIA

Lançado em 2008, o Recicle Já Bahia tem por finalidade estender a coleta seletiva de materiais recicláveis aos órgãos da administração es-

tadual da Região Metropolitana de Salvador – RMS, promovendo a reutilização e reciclagem dos resíduos gerados nas unidades do serviço público estadual. O valor global do recurso que será destinado para execução do programa é de R\$ 400 mil, sendo que para 2008 foram desembolsados R\$ 260 mil para compra de equipamentos e veículo coletor de material reciclável. O programa terá duração de quatro anos.

O Governo está promovendo a ampliação da coleta seletiva em prédios públicos da administração estadual, minimizando impactos negativos gerados com o descarte indevido de resíduos. Esta proposta faz parte da ação Coleta Seletiva em Órgãos Públicos Estaduais da RMS, executada pela Sucab e monitorada por um Grupo de Trabalho de Acompanhamento e Avaliação do programa Recicle Já Bahia.

O modelo operacional proposto estabelece a separação dos materiais recicláveis (papel, papelão, plástico, vidro e metal) gerados nos departamentos dos órgãos públicos da RMS. O sistema contempla também o descarte seguro de resíduos contaminantes, a exemplo de lâmpadas fluorescentes e óleos gordurosos residuais – OGRs.

Atualmente, o Programa está implantado em 70 unidades do serviço público, das quais 49 no Centro Administrativo da Bahia – CAB, atendendo a um público estimado de 16 mil pessoas entre servidores e terceirizados.

Ao longo deste ano, foram realizadas exposições, troca da antiga caixa pelo novo cesto, reuniões com equipes de limpeza, acompanhamento com artista performático, implantação de Ponto de Entrega Voluntária – PEV, entre outras ações.

Ações Desenvolvidas

Resultados Quantitativos e Qualitativos

Em 10 meses, foram recolhidas dos órgãos públicos cerca de 347 toneladas de materiais recicláveis, sendo 98% de papéis e papelões, que representa uma média mensal de 34,7 toneladas.

A produção oriunda dos prédios públicos do CAB continua representando a maior contribuição para o Programa, com 44% do total coletado, como apresenta o Gráfico 1.

Utilizando-se dos dados disponibilizados em sites relacionados à coleta seletiva e reciclagem de lixo, os resultados alcançados em 2008 promoveram ganhos ambientais, tais como:

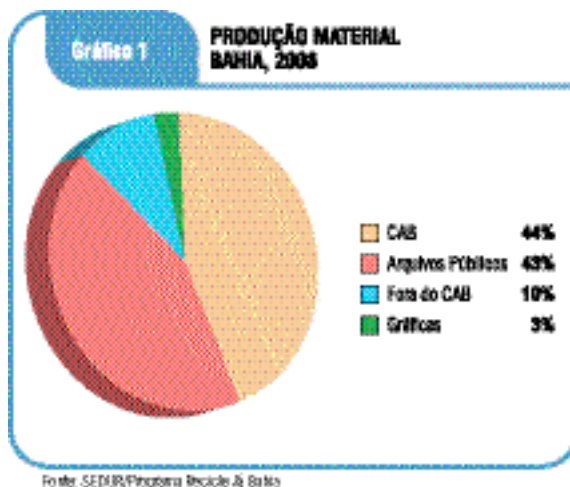


Recycle Já Bahia

- Economia de 1.572m³ de espaço no aterro Metropolitano Centro;
- Diminuição do corte de 7.568 árvores adultas;
- Economia de 6.680m³ de água;
- Economia de 865.mil kw/h.

São 130 famílias apoiadas pelo Programa, divididas em quatro cooperativas:

- 1) Cooperativa de Coleta e Processamento de Plásticos e Proteção Ambiental – Camapet – parceira do programa desde março de 2005. Atua na comunidade de Itapagipe e na Grande Salvador, com a colaboração de 30 cooperados;
- 2) Cooperativa dos Recicladores da Unidade de Canabrava – Coperbrava, formada por 55 mulheres, ex-badameiras do lixão de Canabrava. Recolhe os recicláveis acumulados na Divisão de Suprimentos da Embasa, no Cabula, e doações externas ao CAB. É parceira do programa desde junho de 2005;
- 3) Ação Reciclar – fundada em março de 2002, por catadores do bairro do Rio Vermelho, com apoio da ONG Paciência Viva. Tem 25 catadores entre homens e mulheres e recolhem os materiais re-



cicláveis da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb e Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia – Conder, em São Lázaro; e

- 4) Canore – Esta é a mais nova parceira do programa Recicle Já Bahia e congrega 20 cooperados.

Descontaminação de Resíduos Contaminantes

Com a parceria da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba, foi possível promover a descaracterização de 17.548 lâmpadas fluorescentes de descarga queimada, oriundas de 42 unidades do serviço público. Com esse resultado, foi finalizada a cota estabelecida em convênio para o ano de 2008.

As lâmpadas são descontaminadas, em sua maioria, na própria unidade e suas frações – pó de fósforo, mercúrio, vidro, alumínio, entre outros – são destinadas ao Pólo Petroquímico, para reutilização na fabricação da soda-cal.

Prêmio Destaque do Ano

Em agosto de 2008, foi realizada a cerimônia de entrega do Prêmio Destaques do Ano 2007, tendo como vencedores os seguintes órgãos:

- 1º lugar – Tribunal de Contas do Estado
- 2º lugar – Agência de Fomento do Estado da Bahia – Desenhavia
- 3º lugar – Junta Comercial do Estado da Bahia

O prêmio tem o objetivo de destacar as unidades do serviço público que praticam com excelência a coleta seletiva de lixo. Procurou-se, sobretudo, privilegiar o compromisso, a disciplina e a organização da unidade em relação à separação e armazenamento dos materiais.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

O Estado implementará ações objetivando a qualificação profissional de catadores de materiais recicláveis de oito municípios da Região de Irecê, com ênfase na coleta seletiva. Esta ação possibilitará a criação de trabalho e renda para estes catadores e o desvio dos materiais recicláveis que iriam para os aterros sanitários, tendo como consequência o aumento da vida útil destes destinos finais.

O recurso para execução dos serviços é de R\$ 225 mil, estando os Termos de Referência em fase conclusiva.

APOIO A MUNICÍPIOS

O Consórcio Público de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano da Região de Irecê encontra-se em formação junto a 18 municípios. Neste sentido, no ano de 2008, foram realizadas diversas reuniões com gestores locais, técnicos e sociedade civil sobre os objetivos e vantagens da gestão associada. Nestes eventos ainda foram apresentados e discutidos os estudos preliminares para soluções integradas em resíduos sólidos com custos de investimentos na Bacia Hidrográfica do São Francisco, como também a priorização destes investimentos na região e a elaboração do plano de gestão integrada de resíduos sólidos dos 115 municípios baianos inseridos na referida bacia, fruto do convênio nº 00002/2007, firmado com o MMA.

GESTÃO AMBIENTAL DE SISTEMA DE SANEAMENTO

Continuam os trabalhos de regularização ambiental dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário que entraram em operação antes da Lei Estadual de Meio Ambiente, de 1981. Somente com a regularização será possível obter as licenças ambientais desses sistemas. Encontra-se em análise no IMA os processos de licenciamento de 200 Sistemas de Abastecimento de Água – SAA e de 48 Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES, além dos sistemas de reservação e distribuição das zonas de abastecimento atendidas por três unidades regionais.

Em 2008, foram solicitadas ao Instituto de Meio Ambiente – IMA 36 novas licenças entre localização, implantação, operação, alteração e simplificada; foram concedidas 44 licenças ambientais referentes a processos de licenciamento formados em 2008 e anos anteriores. Dentre as obras de Esgotamento Sanitário licenciadas, destacam-se os sistemas que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a exemplo de Cachoeira, Camaçari, Cruz das Almas, Muritiba, Vitória da Conquista, Ilha de Bom Jesus dos Passos (Salvador) e Ilha dos Frades (Salvador), Euclides da Cunha e Conceição do Coité.

Foram concedidas em 2008, pelo Ingá, 34 outorgas, sendo 17 para abastecimento de água, sete das quais referentes ao sistema integrado de abastecimento de água de Salvador, e 17 para lançamento de efluentes de sistemas de esgotamento sanitário. Pela Agência Nacional de Águas – ANA, foi concedida uma outorga para lançamento de efluentes.

Foram formulados, no ano de 2008, nove processos para solicitação de Supressão de Vegetação em áreas onde serão implantadas obras de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS – PRAD

Foi elaborado um PRAD, em 2008, para corrigir voçoroca no município de Eunápolis; três projetos paisagísticos referentes às áreas das Estações de Tratamento de Água – ETA de Ilha dos Frades, Jacobina e Rio do Pires e dez projetos de cinturão verde referentes às áreas das Estações de Tratamento de Esgotamento Sanitário de Capoeiruçu (Cachoeira), Itaparica, Vera Cruz, Euclides da Cunha, Ilha dos Frades, Ilha de Bom Jesus, Jaguaquara, Santiago do Iguape (Cachoeira), Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL – PMA

O Programa visa avaliar a situação atual de cada um dos mananciais utilizados pela Embasa e implantar instrumentos de gestão dos recursos hídricos que permitam um controle rápido e eficaz de avaliação da qualidade das águas. Para isto são analisados o Índice de Qualidade da Água – IQA do monitoramento dos mananciais que abastecem Salvador e a Região Metropolitana, compreendendo as bacias hidrográficas dos rios do Cobre, Ipitanga (Represas Ipitanga I, II e III), Jacuípe (Represa Santa Helena), Joanes (Represas Joanes I e II), Paraguaçu (Represa Pedra do Cavalo).

OUTRAS INICIATIVAS E PROJETOS

CONTROLE DE PERDAS

Está em desenvolvimento no Estado um Programa de Controle Integrado de Perdas de Água, denominado de COM+ÁGUA (um dos principais projetos do Programa de Modernização do Setor Saneamento – PMSS, do Ministério das Cidades – MCidades). Foram escolhidos sistemas que apresentam problemas crônicos de perda elevada de água. O COM+ÁGUA baseia-se no programa desenvolvido em Ilhéus, em parceria com o MCidades/PMSS, que previa, como contrapartida, a disseminação de novas metodologias de gestão das perdas de água em sistemas de abastecimento.

SOCIEDADE

Em 2005, foi instituída pelo Governo da Bahia uma tarifa social no intuito de estabelecer um preço acessível para o consumo de água tratada nas comunidades de baixa renda, beneficiando as pessoas cadastradas no Programa Bolsa Família. No ano de 2008, mais de 15

mil famílias aderiram à Tarifa Social, o que representa 32% do acréscimo de ligações residenciais.

A Embasa aplica uma Tarifa Filantrópica – diferenciada em entidades filantrópicas da capital e interior baianos. As contas são reduzidas em até aproximadamente 60% do valor que seria cobrado com a tarifa comercial.

Foram realizadas várias ações comunitárias: 264 reuniões, com a participação de 8.506 pessoas; 408 palestras educativas com o público externo, com a participação de 27.830 pessoas; 145 reuniões com lideranças comunitárias, para discussão dos projetos – construção coletiva, com a participação de 989 pessoas.

Como uma forma de possibilitar experimentação prática-visual na educação ambiental, a Embasa realizou 103 visitas às estações de tratamento de água (ETA) e esgoto (ETE), com a participação de 3.898 pessoas da comunidade.

Foram realizados eventos de interação e divulgação dos trabalhos e produtos da Empresa, como feiras e caminhadas ecológicas, além de eventos culturais, como teatro e cinema; e diversas campanhas e programas institucionais, em parceria com outros órgãos.

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Desenvolvido desde 1999, este programa de inclusão social no mercado de trabalho de jovens aprendizes já beneficiou cerca de 850 jovens (somente na Embasa) com idade entre 14 e 24 anos. Atualmente, estão em atividade naquela empresa 241 aprendizes, sendo 180 na área administrativa e 61 na área operacional. O Programa Jovem Aprendiz da área operacional foi premiado ao alcançar o 1º lugar do prêmio Ser Humano – Luiz Tarquinio – Edição 2008, oferecido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos/Seccional Bahia (ABRH/BA) que reconhece os melhores projetos de empresas na área de responsabilidade social.

CONVÊNIO EMBASA/CENTRO DE SURDOS DA BAHIA – CESBA

Absorve 80 Eficientes Especiais, garantindo inserção social, renda e oportunidade de aprendizado profissional aos associados da instituição. Este programa já foi premiado com o Prêmio Top RH 2006, como forma de reconhecimento pela criatividade e profissionalismo, fornecido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos – Seccional Bahia (ABRH/Ba) e Associação de Dirigentes de Marketing e Vendas da Bahia.

PROGRAMA ACELERAÇÃO ESCOLAR

Desenvolvido a partir de 2004, o Programa de Aceleração Escolar já beneficiou 217 colaboradores com a formação em Ensino Fundamental I, 79 colaboradores com a formação no Ensino Fundamental II e 24 colaboradores com a formação no Ensino Médio. Atualmente existe uma turma de Ensino Fundamental I e uma turma de Ensino Médio instaladas e funcionando na UCE – Universidade Corporativa da Embasa, no Campus do Parque do Rio Vermelho.

DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

Em 2007, o Governo do Estado iniciou um trabalho mais efetivo com relação ao manejo de águas pluviais como um dos componentes do saneamento básico, atendendo às diretrizes da nova Lei de Saneamento.

Após uma primeira avaliação da situação da drenagem no Estado, concluiu-se pela necessidade de elaboração de um Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário¹, priorizando as cidades do interior ainda sem intervenção em programas como o PAC. Para se chegar a esta conclusão foi feito um diagnóstico preliminar com proposta de hierarquização de intervenções prioritárias em manejo de águas pluviais em cidades com mais de 50 mil habitantes e em dez cidades menores em situação precária, no interior do Estado.

Com tal finalidade, foi elaborado o Termo de Referência correspondente, que traça as diretrizes para buscar as soluções e organizar o atendimento da enorme demanda de ações nesses serviços, encaminhadas pelos municípios ao Governo do Estado. Possibilita também uma visão real da situação nas cidades do Estado, contemplando os aspectos técnico, econômico, social e ambiental, de forma a definir prioridades e hierarquizar ações.

Neste foco serão tratadas as sedes municipais agrupadas regionalmente, conforme as Regiões de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano – RGIDU², excluindo a RGIDU I – Salvador.

Visando ainda o emprego de novas tecnologias e processos de saneamento apropriados, considerando as peculiaridades locais e

regionais, o Governo vem analisando a possibilidade de utilização de sistemas mistos (parte com rede unitária – coleta águas pluviais e esgotos em um único sistema; e parte com rede separadora) para municípios do Semi-árido, com tratamento em tempo seco, além de alternativas de reúso de efluentes. Com esse objetivo, foram elaborados projetos pilotos com utilização de sistemas mistos e reúso planejado dos efluentes tratados, em irrigação para plantio nas cidades de Cipó, Anagé e Paripiranga.

Foi preparado também um Termo de Referência para elaboração do projeto básico integrado de drenagem urbana e urbanização da margem do rio urbano de Cochó, para a Cidade de Seabra.

No que se refere aos projetos de macrodrenagem, a decisão do Governo de construir uma via expressa, de uso compartilhado, para o transporte de cargas ao Porto de Salvador e a criação de um novo acesso à cidade se consolida com a conclusão do projeto básico da Via Expressa Baía de Todos os Santos.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DO SANEAMENTO BÁSICO

LEI DA POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO

As diretrizes federais para o setor Saneamento tem embasamento legal na Lei de Saneamento, na Lei de Consórcios Públicos e sua regulamentação pelo decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e na própria Constituição Federal de 1988 (emenda constitucional nº 19, 1998), em seus artigos nº 25 e 241. Alinhado a essas leis – e tendo alguns desafios como a heterogeneidade dos municípios baianos, que exige uma administração das desigualdades, levando-se em conta que 82% deles têm menos de 30 mil habitantes e não possuem condições institucionais de prestar os serviços essenciais à suas populações – o Governo traçou sua visão de futuro objetivando a construção de uma política estadual de saneamento básico para a Bahia. São premissas dessa visão de futuro:

- implantar consórcios públicos pela regionalização planejada e gestão associada no saneamento básico, com a participação de municípios e do Estado, promovendo a disponibilidade de água, a salubridade ambiental e o desenvolvimento regional; e,

¹ Cerca de 211 sedes municipais do Estado (um pouco mais da metade do total das sedes municipais), segundo o PNAD 2000, possuem rede de drenagem, e em todas elas são veiculados esgotos sanitários.

² A SEDUR está organizando os trabalhos por Regiões de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano – RGIDU em caráter experimental, ou outra divisão regional, a ser adotada oficialmente pelo Governo do Estado

- o objeto dos consórcios deverá também integrar os setores de habitação, mobilidade e gestão territorial urbana, criando autarquias regionais de Regiões de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano – RGIDU.

Sendo assim, o Governo do Estado formulou um Projeto de Lei de Diretrizes para a Política Estadual de Saneamento Básico que apresenta os seguintes princípios:

- universalização da prestação de serviços de saneamento básico;
- integralidade;
- regionalização (planejamento, regulação, fiscalização, prestação); e
- fortalecimento da Embasa (órgão estadual de cooperação na prestação de serviços aos municípios).

A Lei de Diretrizes para a Política Estadual de Saneamento Básico traz, ainda, em suas disposições gerais a constituição de uma Câmara Técnica de Saneamento Básico como órgão assessor do ConCidades/BA, com competência de Conselho Estadual de Saneamento Básico para atender ao Artigo nº 229, da Constituição Estadual da Bahia. A Câmara atende a promoção do controle social e tem sua composição definida pelo Governador do Estado, sendo tripartite. Ver Tabela 23.

Nas disposições transitórias, a Lei contempla a criação de uma Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Estado da Bahia – Coresab, para atender à lacuna de um órgão regulador para o setor. De caráter transitório, com efetividade até a existência de ente regulador criado por municípios, ou agrupamento deles, o Coresab estará vinculado à SEDUR e atuará mediante delegação, exercendo regulação e fiscalização de serviços públicos.

Tabela 23

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL BAHIA, 2008

SEGMENTO REPRESENTADO	QUANTIDADE DE MEMBROS
Poder Público Estadual	4
Assembleia Legislativa	1
Poder Público Municipal	2
Representação Regional	4
Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa	1
Movimentos Sociais e Populares	6
Trabalhadores	2
Empresários	2
ONG	0
TOTAL	22

Fonte: SEDUR/SAN

ATIVIDADES REALIZADAS

A Câmara Técnica de Saneamento Básico e Ambiental reuniu-se, em 2008, conforme calendário previamente discutido e aprovado no Plenário do ConCidades/Bahia, com frequência mensal. As reuniões realizadas discutiram temas visando uniformizar os conhecimentos de seus membros e relacionados com as ações da SEDUR e do interesse da sociedade.

SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO

Está em elaboração um sistema de informações georreferenciadas que engloba as atividades relacionadas com o Saneamento Básico, Habitação e Desenvolvimento Urbano. O diagnóstico dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana no Estado representa o primeiro passo para garantir a universalização destes serviços. Neste sentido, vem sendo elaborado levantamento de dados e modelagem para estruturação da nova base de dados Sanedados/SEDUR.

Esse sistema de informações, adaptado para emprego de ferramentas que possibilitarão o acesso de forma integrada ao sistema geral de informações às demais ações de habitação, mobilidade, gestão territorial e desenvolvimento urbano, realizadas no âmbito do Estado, deverá se articular com o Sistema Nacional de Informações de Saneamento – Sinasa.

A base de dados está sendo atualizada através de confronto de dados fornecidos pela Funasa. Nessa primeira etapa da atualização, foi detectado o incremento de 1.615 novas localidades (povoados) do Estado da Bahia. Isto significa que 63% dos povoados baianos inexistiam no cadastro anterior.

SANEAMENTO INTEGRADO À HABITAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO URBANO

Em 2008, o Governo focou as ações de Saneamento Integrado para a área do Vetor Ipitanga, localizada na bacia do rio Ipitanga – um dos mananciais de água da Cidade do Salvador – e inserida nos municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho.

Visando a integração de esforços das instâncias do Governo Federal, Estadual e Municipal e de organizações da sociedade civil, compõem o GT Vetor Ipitanga as seguintes instituições: SEDUR (coorde-

nação), através das Superintendências de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano, Embasa e Conder; SEMA; Prefeitura Municipal do Salvador; Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas; Prefeitura Municipal de Simões Filho.

Por parte da sociedade civil, foi criada comissão formada por representantes das associações de moradores da área específica para acompanhar e difundir as discussões.

Como resultado de audiências públicas e oficinas, serão realizados: um Plano Emergencial para definir a Área de Preservação Permanente – APP, das represas do Ipitanga I e II na faixa de 100m; Plano Emergencial pela Embasa para realização de diagnóstico do abastecimento de água e esgotamento sanitário da Fazenda Cassange; análise da água consumida, alternativas técnicas e de gestão para estes serviços; e elaboração de Plano Urbanístico e Ambiental do Vetor Ipitanga.

APOIO INSTITUCIONAL

APOIO A MUNICÍPIOS

O Estado vem prestando assistência técnica a diversas prefeituras no encaminhamento de suas demandas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais, tanto para a inserção destes pleitos no PAC, como para o aprimoramento das concepções de projeto e encaminhamento de soluções pela Embasa e prefeituras, objetivando a obtenção de recursos necessários à execução das obras, através dos prestadores dos serviços.

Em 2008, 321 processos referentes a abastecimento de água, esgotamento sanitário e/ou drenagem pluvial urbana foram analisados e encaminhados aos órgãos responsáveis do Governo para informações e/ou soluções, organizadas por Regiões de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano. Esses processos são originários de 205 municípios, contendo aproximadamente 556 solicitações.

Dentre as avaliações, estudos e assessoramentos realizados destacam-se:

- conclusão e encaminhamento à Cerb do Projeto do SAA de Caetanós;
- conclusão e encaminhamento à Prefeitura de Macaúbas do Projeto da ETE do SES do Município;
- solução para o destino dos esgotos de Camaçari junto à Cetrel;
- gerenciamento das ações para efetivações dos Convênios PAC/Funasa;

- Relatório Preliminar da Revisão e Atualização das Proposições do Plano Diretor de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Salvador – RMS, incluindo o rio Pojuca;
- Estudo Preliminar de Demanda e Operação Racional e Integrada de Mananciais que Abastecem a RMS, incluindo a integração das bacias dos rios Pojuca e Jacuípe;
- Estudo Preliminar de Disposição Final dos Esgotos de Simões Filho, Camaçari, Dias d'Ávila e Mata de São João;
- Projeto da 2ª Etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Pintadas;
- Projeto de Sistema Misto de Drenagem e Esgotamento Sanitário das cidades de Cipó, Iramaia, Anagé e Paripiranga – em andamento; e,
- Manejo de Resíduos Sólidos para o Município de Irecê.

APOIO À CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO

O Programa de Apoio às Centrais de Associações Comunitárias para Manutenção dos Sistemas de Saneamento de Seabra e Jacobina adota o modelo de gestão descentralizada, no qual as comunidades, por meio de suas associações, e com o apoio do município, são diretamente responsáveis pela administração do serviço local de saneamento básico.

As principais ações do programa consistem na implantação de sistemas de abastecimento de água, entregues às associações comunitárias que os operam. A manutenção dos sistemas é realizada pelas Centrais de Associações Comunitárias para Manutenção dos Sistemas de Saneamento, que recebe o apoio técnico do Governo do Estado na formação e treinamento dos representantes das associações integrantes do modelo de gestão. Às associações filiadas às centrais, entidades sem fins lucrativos, compete a operação dos sistemas, assim como a responsabilidade pela distribuição das contas, cobrança e realização de pequenos reparos em rede e ramais. As centrais, fundadas a partir da união de associações comunitárias, surgiram da necessidade de uma solução definitiva para a gestão sustentável de sistemas que antes apresentavam um alto índice de perdas dos equipamentos.

A entidade situada em Seabra, conta atualmente com 55 associações filiadas e a de Jacobina, com 22. Mais de 15 mil famílias, ou 53 mil pessoas, situadas na zona rural desses municípios recebem água tratada, distribuída através de rede, em suas residências.

Com a liberação da terceira parcela do convênio SEDUR/SEMA/Cerb, no valor de R\$ 687 mil, de acordo com o previsto no plano de aplicação dos recursos conveniados, em 2008, as ações de ampliação e implantação de novos sistemas continuaram. Nos Quadros 2 e 3 apresentam-se as intervenções em realização por meio dos recursos do Programa de Apoio às Centrais de Associações Comunitárias para Manutenção dos Sistemas de Saneamento de Seabra e Jacobina.

ESTUDO DE MODELOS DE GESTÃO DE SANEAMENTO EM PEQUENAS COMUNIDADES

GESTÃO ASSOCIADA E REGIONALIZADA DE SISTEMAS DE SANEAMENTO NO MEIO RURAL

O objetivo desse projeto é implantar sistemas de saneamento básico em localidades de pequeno porte situadas na zona rural de municípios da região semi-árida baiana. As ações implementadas adotam o princípio da autogestão dos serviços, envolvendo os usuários organizados em associações comunitárias no processo de implantação, administração e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Durante o ano de 2008, executou-se as obras de ampliação e recuperação dos sistemas existentes, além de continuar dando apoio à organização das comunidades atendidas por esta importante ação.

Com o advento da nova lei de saneamento, foi necessária a realização de estudos visando à adequação do modelo da “Central de Associações” às regras ditadas pelo novo marco legal. Neste sentido, foram elaboradas minutas de documentos que irão possibilitar aos municípios integrantes do projeto o perfeito cumprimento das novas normas legais, dentre elas:

- a minuta de lei municipal que estabelece as diretrizes para a autorização da prestação de serviços de abastecimento em pequenas localidades (inciso I, do parágrafo 1º, do art. 10 da Lei nº 11.445/07);
- a minuta de decreto municipal de autorização à execução do serviço de abastecimento de água, em localidades de pequeno porte (conforme determina o art. 8º, na alínea “b”, inciso I, do parágrafo 1º e do parágrafo 2º do art. 10 da mesma lei) ; e
- a minuta do contrato de autorização de serviço público entre o titular do serviço e a Central de Associações.

Outra importante ação desenvolvida em 2008 foi o início de estudos de viabilidade da replicação do modelo “Centrais de Associações” para outras regiões do Estado da Bahia. Com esse objetivo, vem-se buscando identificar outros programas governamentais de implantação de sistemas de abastecimento de água, a fim de propor parcerias que viabilizem a criação de outras entidades.

Quadro 2

OBRAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – REGIÃO DE SEABRA BAHIA, 2008

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	AÇÃO
Abaíra	Fazenda Malhada	Perfuração de um novo poço e ampliação da rede
Ibitiara	Olhos d'Água do Seco	Construção de uma ETA para eliminação de ferro
Iraquara	Riacho do Mel	Perfuração, energização e instalação de poço
Palmas de Monte Alto	Rancho das Mães	Perfuração, energização e instalação de poço
Macaúbas	Lagoa Clara	Instalação e eletrificação de poço, implantação de adutora
Seabra	Molha Gibão	Construção de filtro para tratamento de ferro
Tanque Novo	Boca do Campo	Relocação de reservatório

Fonte: SEDUR/SAN

Quadro 3

OBRAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – REGIÃO DE JACOBINA BAHIA, 2008

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	AÇÃO
Campo Formoso	Tiquara	Construção da casa de química.
Itaguaçu da Bahia	Pontal/Mundinho	Perfuração, energização e instalação de poço
Itiúba	Taquari	Recuperação da ETA
Jaguarari	Gameleira	Ampliação da rede de esgotos
Miguel Calmon	Olhos d'Água	Perfuração, energização e instalação de dois poços

Fonte: SEDUR/SAN

Também se prestou assessoria às “Centrais” buscando orientar as equipes daquelas entidades na execução das tarefas de administração financeira e orçamentária, além de colaborar na reforma e modernização de seus estatutos e na elaboração de outros documentos, tais como regimento e contratos de prestação de serviços, capacitação dos presidentes e tesoureiros das associações comunitárias a fim de propiciar um melhor gerenciamento dos recursos e implementação do planejamento estratégico e o respectivo plano de investimentos.

Em relação às intervenções físicas nos sistemas integrantes do projeto, o Governo tem implementado ações viabilizando o cumprimento das metas de ampliação de sistema de esgotamento sanitário e recuperação de sistemas simplificados de abastecimento de água executados, conforme demonstra a Tabela 24.

ESTUDO DE MODELOS DE GESTÃO DE SISTEMAS DE SANEAMENTO EM LOCALIDADES DE PEQUENO PORTE

Esta ação teve como objetivo a aplicação de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, com vistas a obter informações referentes aos modelos de gerenciamento atualmente aplicados aos sistemas implantados em localidades de pequeno porte. Para a aplicação das pesquisas foram escolhidas localidades situadas nos Territórios de Identidade: Piemonte da Diamantina, Norte do Itapicuru, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Norte e Agreste, Velho Chico e Bacia do Rio Corrente, em modelos de gestão assim definidos no Quadro 4.

Tabela 24

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROJETO BAHIA, 2008

AÇÃO/TERRITÓRIO	QUANTIDADE	Em R\$ 1.000,00 RECURSOS APLICADOS
Elaboração de Estudos e Projetos na Área de Saneamento	35	100
Piemonte da Diamantina	17	50
Chapada Diamantina	18	50
Fiscalização de Obras	38	100
Piemonte da Diamantina	19	50
Chapada Diamantina	19	50
Ampliação e Recuperação de SAA	26	950
Piemonte da Diamantina	10	450
Chapada Diamantina	16	500
Recuperação de SES	12	400
Piemonte da Diamantina	10	350
Chapada Diamantina	2	50
Apoio à Organização Comunitária	10	51
Piemonte da Diamantina	5	25
Chapada Diamantina	5	26
TOTAL		3.202

Fonte: SEDUR/SAN

Quadro 4

DEFINIÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO BAHIA, 2008

MODELO	ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO
Prefeitura	Administração dos sistemas a cargo diretamente de órgãos integrantes da prefeitura municipal, exemplo: Secretaria de Infra-estrutura ou Secretaria de Obras.
Embasa	Modelo caracterizado pela administração dos sistemas executada através da empresa estatal de saneamento.
Central de Associações	Gerenciamento executado pela própria comunidade, que através da sua associação comunitária participa da prestação dos serviços, com o apoio de uma entidade regionalizada sem fins lucrativos denominada de Central de Associações.
SAAE*	Modelo caracterizado pela execução dos serviços através de autarquias municipais.
Associação	Modelo em que as associações comunitárias administram diretamente os sistemas, podendo eventualmente contar com a parceria do poder público municipal.

Fonte: SEDUR

*Serviço Autônomo de Água e Esgoto

MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC

AÇÕES SOCIAIS

Foram organizadas diversas reuniões com o objetivo de definir as formas de participação e alinhamento com as diretrizes nacionais do programa de educação ambiental e mobilização social em saneamento.

A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA, na qual a equipe integra a câmara técnica de saneamento, foram analisados os projetos socioambientais da Embasa.

O Estado da Bahia está em consonância com o MMA e com o MCidades, a partir das diretrizes nacionais contempladas no caderno metodológico construído com a participação dos educadores ambientais de todas as regiões do Brasil.



Sistema de Cisterna no assentamento de Esplendor

Manu Dias/Agcom

Uma oficina serviu para apresentar e alinhar o Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento ao Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS). Para a realização da oficina, o Governo contou com a parceria do MCidades e dos municípios contemplados com as obras do PAC. Participaram do evento técnicos contratados para executar os trabalhos sociais das obras do PAC.

GESTÃO ASSOCIADA PARA SERVIÇOS PÚBLICOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

ESTUDO DE CENÁRIOS PARA REGIONALIZAÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO

O Governo do Estado preconiza o modelo institucional de desenvolvimento interiorizado e participativo, adotando um modelo de regionalização que considerou na sua concepção a institucionalização dos Territórios de Identidade, as bacias e sub-bacias hidrográficas, as regiões administrativas de operação da Embasa, os municípios com sistemas autônomos de água e esgoto e as interfaces de possibilidades de soluções compartilhadas de resíduos sólidos.

Seguindo essa diretriz, realizou-se estudos que apontaram um desenho para a regionalização planejada, possibilitando a gestão associada e a regulação dos serviços de saneamento básico.

Estes estudos, cujo foco inicial foi o saneamento básico, estão servindo de base referencial para os Estudos de Sustentabilidade das Autarquias Regionais para constituição dos consórcios e servirão de base, também, para a ampliação do objeto da prestação de serviços, integrando aos sistemas de habitação, gestão territorial e mobilidade urbana. Até o momento, são cinco as etapas do processo de implantação de Regiões de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano – RGIDU:

- Etapa 1 – estudo de cenários considerando três temas principais (Territórios de Identidade, as bacias e sub-bacias hidrográficas, as regiões administrativas de operação da Embasa e os SAE) e mais 17 fatores de regionalização. Status: concluído em 2007;
- Etapa 2 – Estudos de sustentabilidade: viabilidade técnico-econômica e modelo jurídico/institucional incluindo soluções de transição, com o Projeto de Lei de Diretrizes para a Política Estadual de Saneamento Básico. Status: em andamento.
- Etapa 3 – Avaliação e definição do modelo;

- Etapa 4 – Estratégia e metodologia de implementação e mobilização para constituição de consórcios públicos, incluindo a elaboração e assinatura de Termos de Compromisso e Protocolos de Intenções. Status: iniciado; e
- Etapa 5 – Implantação planejada de consórcios públicos inter-federativos (com a participação de municípios e do Estado).

CONSÓRCIO PÚBLICO DE GESTÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Na busca de alternativas para viabilizar uma estratégia de acesso universal da população baiana aos serviços públicos de saneamento básico, foram realizados estudos, no ano de 2007, visando definir desenhos institucionais que promovam a cooperação interfederativa por meio do consórcio de municípios e do Governo e da gestão associada de serviços públicos de saneamento básico e, particularmente, sua prestação em condições que assegurem economia de escala e propiciem condições mais favoráveis para a universalização da oferta com qualidade e custos módicos. Tais pressupostos vêm ao encontro das exigências estabelecidas pela Lei de Saneamento, que estabelece as diretrizes para o saneamento básico a serem observadas em todo o território nacional e para a política federal de saneamento básico.

Posteriormente, decidiu-se pela ampliação dos consórcios para atuação na implementação da habitação de interesse social, conforme estabelecido na Lei nº 11.124/2005, e de desenvolvimento urbano, com foco na regularização do uso do solo urbano, abrangendo a mobilidade e a gestão territorial, nos termos do Estatuto das Cidades.

Os estudos resgataram experiências de cooperação na implantação e manutenção de sistemas de saneamento rural no próprio Estado da Bahia, como alternativa à prestação dos serviços públicos pelos próprios municípios, bem como iniciativas de regionalização da gestão associada de serviços públicos de saneamento básico que vêm sendo desenvolvidas com êxito em outros estados. Sem questionar a titularidade municipal, fica claro o papel que o Estado deve desempenhar, estimulando a busca de escala em todas as atividades da gestão do saneamento, ou seja, no planejamento, na regulação e na fiscalização, na prestação e, coerentemente, nos mecanismos de participação e controle social, bem como nas ações que compõem o desenvolvimento urbano como um todo. Conclui-se, portanto, que a cooperação entre os municípios e o Estado é indispensável na construção de alternativas que apontem para a gestão técnica qualificada desses serviços, condição indispensável para a sua prestação adequada.

Considerados os desafios identificados para avançar na gestão dos serviços públicos e o quadro legal atual, os estudos apontam para a criação de consórcios regionais abrangendo todas as ações de Governo, sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, utilizando, de forma planejada, as regiões do desenho geográfico de cenários, para as ações de saneamento básico, habitação de interesse social, mobilidade e gestão territorial urbana. Assim se configuram as Regiões de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano, constituídas pelo Estado e por municípios de regiões estabelecidas a partir de uma proposta de regionalização do território do Estado da Bahia estudada para este fim.

No campo do saneamento básico, o Consórcio Regional de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano deverá executar as tarefas de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de manejo de resíduos sólidos e de manejo de águas pluviais, bem como prestar parte destes serviços, delegar a prestação por meio de contrato de programa ou contrato de concessão e, ainda, estimular o controle social. Tal iniciativa qualificará as relações entre os Municípios desta região com seus prestadores, inclusive com a Embasa, resultando em um forte estímulo para a universalização do atendimento, beneficiando, assim, a população mais pobre e que ainda não tenha estes serviços. No momento em que o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Cidades e outros órgãos federais apoiam a melhoria e ampliação da oferta dos serviços de saneamento básico, este consórcio público virá desempenhar decisivo papel na sustentabilidade dos investimentos públicos decorrentes desse apoio.

Observe-se que a constituição do consórcio exige a ratificação do Protocolo de Intenções pelo Estado e por municípios subscritores, cujas populações totalizem pelo menos 150 mil habitantes, requisito mínimo para assegurar economia de escala na atuação do órgão.

ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DAS REGIÕES DE GESTÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – RGIDU

Ao definir as Regiões de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano e o objeto dos consórcios públicos, inicia-se um processo de implantação das autarquias com estratégias de mobilização, capacitação e institucionalização. Sendo os quatro níveis detalhados a seguir.

1º nível – definir o modelo institucional e mobilizar gestores estaduais para:

- definir diretrizes para o modelo institucional das ações da SEDUR, incluindo o setor saneamento;
- concluir o estudo de sustentabilidade com a viabilidade técnico-econômica e modelo jurídico/institucional adotado;
- definir e incluir soluções de transição;
- aprovar o Projeto de Lei e o modelo institucional; e
- divulgar o modelo institucional visando ações inter-setoriais.

2º nível – mobilização, elaboração e assinatura de termo de compromisso e protocolo de intenções para:

- identificar os agentes (gestores municipais, estaduais e sociedades civil) envolvidos na implantação das regiões;
- capacitar os agentes (gestores municipais, estaduais e sociedade civil);
- promover a assinatura de termo de compromisso pelo poder executivo;
- concluir a elaboração do protocolo de intenções;
- mobilizar os agentes para assinatura de protocolo de intenções pelo poder executivo; e
- promover a assinatura de protocolo de intenções.

3º nível – mobilização para ratificação de protocolo de intenções visando:

- mobilizar os agentes para ratificação de protocolo de intenções pelo poder legislativo; e
- ratificar o protocolo de intenções e encaminhar os contratos de consórcio público.



Instalação do sistema de água Muquém do São Francisco – Ba

Manu Dias/Agcom

4º nível – implantação do consórcio público visando:

- elaborar os estatutos;
- elaborar o contrato de rateio e/ou normas de regulação; e
- promover a assembléia geral de constituição do consórcio público.

UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DE ENERGIA ELÉTRICA

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

A Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, vem mantendo a participação do Estado no Programa Luz para Todos, que visa à universalização do acesso e uso da energia elétrica na área rural.

Em 2008, através do Decreto Federal nº 6.442, o Programa Luz para Todos teve seu prazo de execução prorrogado para o ano de 2010, objetivando assegurar o alcance da demanda real já identificada no Estado.

Na Bahia, além das 360.707 ligações previstas nos Termos de Compromisso celebrados, foram identificadas pelos agentes executores, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba e Companhia Sul Sergipana de Eletricidade – Sulgipe, mais 235 mil novas ligações a serem realizadas, demanda adicional em análise pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, com possibilidade de ser objeto de aditivo às metas do Programa.

No ano de 2008, foi prevista a execução de 85 mil ligações, sendo concluídas as ligações em 83.855 domicílios, representando 98,7%, com investimento global de R\$ 441 milhões. O Governo do Estado participou com R\$ 65,7 milhões, correspondentes à execução de 941 obras, num total de 12.894 ligações e com a implantação de 2.241km de rede de distribuição, como pode ser visto na Tabela 25.

Com a continuidade da execução do Programa Luz para Todos, observa-se uma evolução sensível nos índices de atendimento elétrico em todos os municípios do Estado, principalmente, naqueles em que a exclusão ao acesso de energia elétrica atingia percentuais mais críticos.

Do universo de comunidades atendidas pelo Programa, em 2008, vale ressaltar as intervenções de maior repercussão social, tais como comunidades quilombolas, casas de farinha, poços artesianos, escolas, aldeias indígenas, projetos de agricultura familiar, assentamentos, casas populares, abastecimento de água, hortifruticultura, que totalizaram 467 obras, viabilizando o atendimento a 12.906 consumidores, com benefício direto a uma população de 64.530 habitantes.

ENERGIA ELÉTRICA PARA O PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO – PSH

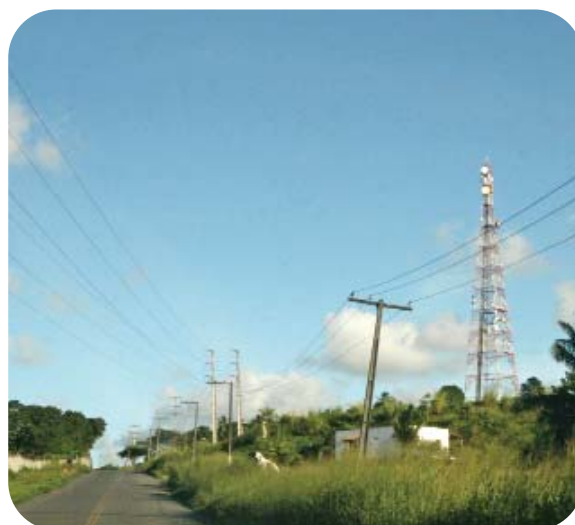
O Governo do Estado estabeleceu um novo programa para viabilizar o atendimento com energia elétrica a domicílios em áreas urbanas, integrantes do Programa de Subsídio à Habitação – PSH e outras áreas de baixa renda, em parceria com prefeituras e a Coelba, concessionária de distribuição de energia elétrica.

Tabela 25

PROGRAMA LUZ PARA TODOS – ENERGIA CONVENCIONAL E SOLAR BAHIA, 2008

DESCRIÇÃO	OBRAS CONCLUÍDAS/ INVESTIMENTO
Energia Convencional	
Quantidade de obras (unidades)	547
Rede de distribuição (km)	2.241
Implantação de postes (unidades)	27.023
Ligação de energia elétrica em domicílios (unidades)	9.702
Investimento (em R\$ 1.000,00)	61.359
Estado (85%)	52.155
Coelba e Sulgipe (15%)	9.204
Energia Solar	
Quantidade de obras (unidades)	394
Ligação de energia elétrica em domicílios (unidades)	3.192
Investimento (em R\$ 1.000,00)	15.951
Estado (85%)	13.558
Coelba (15%)	2.393

Fonte: SEINFRA/Supec/Diren



Rede Elétrica – Coutos

Manu Dias/Agcom

No exercício de 2008, o PSH investiu R\$ 4,8 milhões em 37 obras, atendendo a 4.404 domicílios, beneficiando diretamente 22 mil habitantes, em 35 municípios baianos, conforme Tabela 26.

ENERGIA ELÉTRICA EM ÁREAS URBANAS E RURAIS

Em relação às obras urbanas e rurais não contempladas pelo Programa Luz para Todos, encontra-se contratado um volume de investimentos de R\$ 6,3 milhões, sendo R\$ 2 milhões de participação financeira da Coelba, R\$ 4,3 milhões do Estado e R\$ 38 mil de recursos de terceiros, que propiciará a ligação de 1.166 domicílios, beneficiando diretamente uma população de 5.830 habitantes. Foram

concluídas 57 obras, ligando 748 domicílios, correspondendo a um investimento total de R\$ 2,3 milhões. Ver Tabela 27.

Foram contratadas obras destinadas à expansão de sistemas de iluminação pública municipal, de modo a contribuir com os aspectos de segurança, trafegabilidade de veículos e de cidadãos, bem como elevar os índices de eficiência energética dos municípios contemplados. Encontram-se contratadas 14 obras, representando um investimento de R\$ 624 mil.

Foram concluídas 12 obras, correspondendo a um investimento total de R\$ 604 mil como pode ser visto nas Tabelas 28 e 29, restando duas obras em execução.

Tabela 26

PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO – PSH BAHIA, 2008

DESCRIÇÃO	OBRAS CONCLUÍDAS	OBRAS EM ANDAMENTO	TOTAL
Quantidade de obras (unidades)	30	7	37
Rede de distribuição (km)	39,8	13,7	53,5
Implantação de postes (unidades)	1.130	281	1.411
Ligação de energia elétrica em domicílios (unidades)	3.609	795	4.404
Investimento (em R\$ 1.000,00)	3.891	910	4.801
Estado	926	175	1.101
Coelba	2.965	735	3.700

Fonte: SEINFRA

Tabela 27

ELETRIFICAÇÃO URBANA E RURAL BAHIA, 2008

DESCRIÇÃO	OBRAS CONCLUÍDAS	OBRAS EM ANDAMENTO	TOTAL
Quantidade de obras (unidades)	57	54	111
Rede de distribuição (km)	45,1	74,7	119,9
Implantação de postes (unidades)	753	911	1.664
Ligação de energia elétrica em domicílios (unidades)	748	418	1.166
Investimento (em R\$ 1.000,00)	2.320	4.010	6.330
Estado	980	3.320	4.300
Coelba	1.350	625	1.975
Terceiros	0	38	38

Fonte: SEINFRA

Tabela 28

MELHORIA NOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA BAHIA, 2008

DESCRIÇÃO	OBRAS CONCLUÍDAS	OBRAS EM ANDAMENTO	TOTAL
Quantidade de obras (unidades)	12	2	14
Rede de distribuição (km)	6,6	0,7	7,4
Implantação de postes (unidades)	240	11	251
Investimento (em R\$ 1.000,00)	604	20	624
Estado	604	16	620
Coelba	0	0	0
Terceiros	0	4	4

Fonte: SEINFRA

Tabela 29

**MELHORIA NOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
BAHIA, 2008**

MUNICÍPIO	OBRA	Em R\$ 1.000,00
		INVESTIMENTO
Concluída		604,0
Antônio Gonçalves	RI – Iluminação Pública BA220 – A. Gonçalves	28,6
Antônio Gonçalves	RI – Iluminação Pública de Antonio Gonçalves	209,9
Aratuípe	UB – Trecho de acesso a Aratuípe (IP)	61,1
Aratuípe	IP – Trecho de acesso a Aratuípe (IP)	74,7
Curaçá	RI – Loteamento Bambuí e Salvador P. Lima (ODI)	2,8
Curaçá	RI – Loteamento Bambuí e Salvador P. Lima (ODS)	16,5
Curaçá	RI – Loteamento Casas Populares (ODS)	6,9
Itambé	UB – P/RI Av. Tancredo Neves	50,7
Itambé	IP – Av. Tancredo Neves	18,0
Ourolândia	RI – AVN Alvino Oliveira (Ourolândia)	94,6
Ourolândia	RI – AVN Alvino Oliveira (Ourolândia)	19,1
Ponto Novo	RI – Prefeitura de Ponto Novo (Rua do Contorno)	21,1
Em Andamento		20,2
Jequié	RI – Loteamento São Judas Tadeu	17,6
Jequié	RI – Rua São João, 51 – Km 3	2,6
TOTAL		624,2

Fonte: SEINFRA

ENERGIAS RENOVÁVEIS – EÓLICA E SOLAR

A energia solar é abundante e permanente, não polui e nem prejudica o ecossistema, sendo a solução ideal para áreas afastadas, de difícil acesso, ainda não eletrificadas, especialmente em um Estado que apresenta grandes dimensões e ecossistemas diversos, como a Bahia, o que justifica plenamente os investimentos realizados.

O nível de satisfação das famílias beneficiadas revela decisão acertada do Governo, que já implantou com recursos do Programa Luz para Todos, no período de 2005 a 2008, 14.416 sistemas individualizados de energia solar, com investimento de R\$ 69,2 milhões.

Em 2008, foram implantados 4.926 sistemas, com investimento de R\$ 25,5 milhões. Vale lembrar que o Banco de Dados do Programa Luz para Todos aponta que existe no Estado uma demanda a ser atendida da ordem de 50 mil consumidores, com custo médio de ligação com energia convencional superior a R\$ 15 mil.

O Projeto Híbrido Solar/Eólica de Barra Velha é uma parceria entre a SEINFRA, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb, que alocou recursos necessários para adquirir equipamentos, material para construção do abrigo e despesas de implantação, a Universidade Salvador – Unifacs, que elaborou e vem executando o projeto e a Prefeitura de Nova Viçosa com apoio logístico.

A SEINFRA colaborou com a complementação dos equipamentos necessários, adquirindo dois “inversores de carga”, alocou recursos para a sua instalação e, no âmbito do Programa Luz Para Todos, adquiriu e instalou 114 kits fotovoltaicos (energia solar) nas casas existentes na ilha, proporcionando as condições mínimas de conforto para a iluminação do imóvel e funcionamento de alguns aparelhos elétricos.

Para o Sistema Híbrido de Barra Velha serão necessárias duas torres (aerogeradores), com capacidade total de 1,7 mil watts e seis placas solares com 720 watts-pico, para atender a uma unidade de resfriamento de pescado, situada na ilha de Cassurubá – Comunidade de Barra Velha, município de Nova Viçosa, no Extremo Sul do Estado.

INFRA-ESTRUTURA ENERGÉTICA

O desenvolvimento do oeste fez da Bahia um importante produtor nacional de grãos, café, frutas e fibras, necessitando expandir o sistema de eletrificação para atender à crescente demanda.

O investimento total previsto para a construção das obras, até 2010, é de R\$ 84,9 milhões, sendo R\$ 4,2 milhões referentes aos custos dos estudos e projetos de todos os empreendimentos que serão custeados pelo Estado, dos quais foram desembolsados, em 2008, R\$ 1 milhão.

Os R\$ 80,7 milhões restantes serão destinados para a execução das obras, ficando a participação global do Estado em 10% e os 90%

restantes serão de responsabilidade da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba. Ver Tabela 30.

MARAÚ E CAMAMU

De modo a atender ao crescimento da região, impulsionado por vários projetos turísticos, estão sendo investidos, pela Coelba, aproximadamente 206,6 milhões com a construção da linha de transmissão de 138 kV em Funil – Maraú, subestação de Maraú nas tensões de 138/34,5 kv, potência de 26 MVA, e linhas de distribuição.

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Três Pequenas Centrais Hidroelétricas – PCH (Sítio Grande, com 19,36MW no Rio das Fêmeas, Palmeiral, com 7,6MW e Jatobá, com 8,6MW no Rio Grande) estão sendo construídas pela Coelba no Oeste Baiano, totalizando investimentos de R\$ 140 milhões, ampliando a oferta de energia elétrica em mais 35,6MW.

ESTUDOS E PROJETOS

PLANEJAMENTO ENERGÉTICO

O Balanço Energético do Estado da Bahia, publicado anualmente pela SEINFRA, constitui-se no mais importante esforço de siste-

matização de informações relacionadas à evolução do sistema energético estadual, de forma a permitir uma melhor compreensão das relações existentes entre energia e a socioeconomia, se constituindo num dos instrumentos indispensáveis para o planejamento energético estadual.

A série histórica revisada 1990 – 2004 e as informações referentes aos anos de 2005 e 2006 foram incluídas na edição do Balanço Energético 2007, divulgado em maio de 2008. Essa edição resgatou a defasagem temporal existente em relação à última publicação veiculada, resultado direto do processo empreendido de aprimoramento dos processos de levantamento, sistematização e consolidação das estatísticas energéticas.

No intuito de ampliar o acesso a todo este conjunto de informações, função inerente ao exercício das atribuições da SEINFRA, a sua versão eletrônica está disponibilizada no endereço www.seinfra.ba.gov.br.

O Balanço Energético 2008 já se encontra consolidado, destacando-se no seu conteúdo, além da revisão das informações constantes de balanços anteriores, a atualização da série histórica com a inserção dos dados pertinentes ao ano de 2007, em conformidade com o Balanço Energético Nacional – BEN, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

Tabela 30

OESTE DA BAHIA – RELAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS BAHIA, 2008

			Em R\$ 1.000,00
EMPREENHIMENTO	DADOS TÉCNICOS		INVESTIMENTO
	EXTENSÃO (km)	POTÊNCIA (mva)	
Linhas de transmissão na tensão de 138 KV			
Rio Branco – São Marcelo	90,0		9.938
Rio Formoso – Rio Itaguari	30,0		3.380
Rio do Meio – Rio das Éguas	90,0		9.166
Subestações nas tensões de 138/34,5 KV			
SE Rio do Meio – Entrocamento de linha (Pratudão)			1.098
SE Rio Branco – Entrocamento de linha (São Marcelo)			1.096
SE São Marcelo – Construção		26,6	6.048
SE Rio Itaguari – Construção		26,6	5.679
SE Pratudão – Construção		26,6	6.593
SE Centro Industrial do Cerrado – Entrocamento de linha (Mundo Verde)			1.105
SE Mundo Verde – Construção		26,6	5.242
Linhas tronco de distribuição na tensão de 34,5 KV			
Rio do Meio – Complementação	28,0		1.600
São Marcelo	479,0		20.035
Rio Itaguari	66,5		2.993
Pratudão	125,0		5.625
Mundo Verde	25,0		1.125
TOTAL	933,5	106,4	80.723

Fonte: SEINFRA/Supec/Diren

Entre os principais aspectos mostrados no Balanço Energético 2008 está a Oferta Interna de Energia – OIE, que alcançou 16,283 milhões de tep (toneladas equivalentes de petróleo), em 2007, refletindo a participação preponderante das energias não-renováveis, sendo seus principais itens o Petróleo e Derivados, registrando 53,9%, e o Gás Natural com 14,5%, perfazendo o total de 68,4%.

Em relação às energias renováveis, cabe destacar a participação de 10,8% da lenha e carvão vegetal, seguida pela energia hidráulica e elétrica, com 11,6%. No tocante ao atendimento da demanda, verifica-se que 62,7% da OIE está direcionada aos diversos setores socioeconômicos, principalmente o Industrial, com 21,3%, Transportes com 16,9% e o Residencial com 12,8%. O consumo final não-energético registra 23,6% de participação na demanda de energia e perdas na transformação, armazenagem e distribuição respondem por 13,7%.

A Tabela 31 apresenta as principais modificações na estrutura da matriz estadual para os anos de 1991, 2000 e 2007, subsidiando o comparativo entre o início, o meio e o fim da série histórica contemplada neste trabalho.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Foram implementadas, em 2008, as primeiras ações do Programa Compromisso Bahia, uma parceria SEINFRA, Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB e a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba, que tem como objetivo a economia das despesas de consumo de energia elétrica, das edificações pertencentes ao Poder Executivo Estadual, pela implementação de ações de eficiência energética.

Nesse sentido, a SEINFRA solicitou à Coelba o enquadramento de cinco unidades consumidoras – Secretaria da Administração – SAEB, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Secretaria da Saúde – SESAB, Derba e o Prédio da Governadoria – no Ciclo 2007/2008 do Programa de Eficiência Energética – PEE.

Para avaliação das instalações dessas unidades, foram realizados Diagnósticos Energéticos Detalhados, com recursos da ordem de R\$ 70 mil, provenientes da SEINFRA, que possibilitaram a análise

Tabela 31

**MATRIZ ENERGÉTICA DA BAHIA – OFERTA E DEMANDA
BAHIA, 2008**

ITEM	1991		2000		2003		2007	
	10 ³ tep	%	10 ³ tep	%	10 ³ tep	%	10 ³ tep	%
Oferta Interna de Energia	10.696	100,0	14.618	100,0	16.201	100,0	16.283	100,0
Energia Não Renovável	6.585	61,6	10.383	71,0	11.176	69,0	11.258	69,1
Petróleo e Derivados	5.357	50,1	8.200	56,1	8.776	54,2	8.776	53,9
Gás Natural	1.131	10,6	2.091	14,3	2.279	14,1	2.360	14,5
Carvão Mineral e Derivados	72	0,7	56	0,4	91	0,6	91	0,6
Outras Fontes Primárias	24	0,2	36	0,2	31	0,2	31	0,2
Energia Renovável	4.111	38,4	4.236	29,0	5.025	31,0	5.025	30,9
Energia Hidráulica e Elétrica	1.115	10,4	1.536	10,5	1.885	11,6	1.885	11,6
Lenha e Carvão Vegetal	2.616	24,5	2.104	14,4	1.765	10,9	1.765	10,8
Produtos da Cana	360	3,0	319	2,0	412	3,0	412	2,5
Outras Fontes Primárias	20	0,2	277	1,9	964	5,9	964	5,9
Demanda de Energia	10.696	100,0	14.618	100,0	16.201	100,0	16.283	100,0
Consumo Final Não Energético	1.609	15,0	3.737	25,6	3.838	23,7	3.838	23,6
Consumo Final Energético	8.513	79,6	9.064	62,0	10.121	62,5	10.213	62,7
Setor Energético	854	8,0	577	3,9	1.092	6,7	1.092	6,7
Residencial	2.713	25,4	2.329	15,9	2.081	12,8	2.081	12,8
Comercial	88	0,8	176	1,2	204	1,3	204	1,3
Público	88	0,8	148	1,0	185	1,1	185	1,1
Agropecuário	209	2,0	370	2,5	397	2,4	397	2,4
Transportes	1.751	16,4	2.250	15,4	2.759	17,0	2.759	16,9
Industrial	2.790	26,1	3.201	21,9	3.378	20,9	3.470	21,3
Consumo Não Identificado	18	0,2	12	0,1	25	0,2	25	0,2
Perdas Transf./Distrib./Armaz.	575	5,4	1.817	12,4	2.242	13,8	2.242	13,7

Fonte: SEINFRA/Supec/Diren

do perfil de consumo e demanda de energia elétrica e, principalmente, a mensuração da adoção de medidas para racionalizar o seu uso.

GASODUTO SUDESTE-NORDESTE — GASENE

Outro projeto de suprimento, que vem sendo acompanhado atentamente pelos governos e companhias distribuidoras do Nordeste,

é o Gasoduto Sudeste-Nordeste, o Gasene, com previsão de interligar, a partir de 2010, os Estados do Nordeste às fontes de suprimento do Sudeste (bacias de Campos, Espírito Santo e Santos). Na Bahia, o Gasene irá percorrer 45 municípios, desde Mucuri até Catu, tendo três *city-gates*, estações que recebem o gás da Petrobras e transferem para os clientes da Bahiagás, e cinco estações de compressão.